

TRAFICANTE FOGGE DA CADEIA

Pág. 2



Electra será punida por contaminar Quebra Canela

– Delegacia de Saúde ainda tenta reagir –



JOÃO PEREIRA SILVA
EM AUDIÇÃO PÚBLICA

“A montanha pariu um rato”

Pág. 11

Adeus
Horizonte

Pág. 4

SEGURO AUTOMÓVEL e SEGURO de OCUPANTES
Para que se concentre apenas na sua condução!

Através destas duas modalidades de seguros, a GARANTIA oferece-lhe *mais segurança* para si, para o seu automóvel e para aqueles que viajam consigo.

GARANTIA
A Companhia de Seguros de Cabo Verde, SA
mais perto de si

“Horizonte” sai de cena

O jornal “*Horizonte*” despediu-se ontem dos seus leitores. Este periódico, que no final dos anos 90 chegou a sair quatro vezes por semana, pertence ao Estado que, tirando o Horizonte das bancas, inicia o há muito anunciado desengajamento da imprensa escrita.

Dos menos de vinte trabalhadores do “*Horizonte*”, apenas os seis jornalistas e dois fotógrafos vão integrar o corpo redactorial da agência Inforpress. Os restantes, grupo no qual estão incluídos os distribuidores e os gráficos, serão dispensados mediante indemnização. As negociações ainda decorrem entre sindicato e Conselho de Administração.

Na última manchete, o “*Horizonte*” fala da sua própria extinção - um fim anunciado desde 2001, quando o Governo comunicou a sua intenção de abandonar o único título que ainda mantinha na imprensa escrita. Antes, nos anos 90, o então primeiro-ministro Carlos Veiga disse que dava o jornal de graça aos jornalistas caso estes o quisessem assumir.

Por ser “*um momento já esperado*”, o ambiente na redacção foi “*normal*” durante esta semana, contou ao “*asemanaonline*” Carvalho Santos, um dos administradores e, durante muitos anos, director da publicação. Agora administrador da Inforpress, Carvalho Santos acredita que o título “*Horizonte*” poderá ser adquirido por um privado, e garante que o “*Governo está aberto a propostas*”.

Comentando o fecho do “*Horizonte*” José Maria Neves, a propósito do relatório da Freedom House e do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, disse que “*neste momento já não faz sentido haver um órgão do Estado que, tendencialmente, seria visto no panorama da imprensa escrita como um órgão oficial ou oficioso do governo*”. Saindo o Estado da imprensa escrita, afirma JMN, “*cria-se mais espaço e mais liberdade para os órgãos privados e, mais do que isso, criam-se condições para se expandir as possibilidades de os cidadãos, e as empresas participarem no processo de formação autónoma, livre e independente, da opinião pública cabo-verdiana*”.

O “*Horizonte*” esteve há oito anos nas bancas e era sucessor do “*Novo Jornal Cabo Verde*”, que, por sua vez, foi sucessor do “*Voz di Povo*”.

NOVAS EVASÕES NA ILHA DO SAL



Alerta geral accionado

As autoridades policiais lançaram caça a uma arguida nigeriana evadida de uma cela da Polícia Nacional, no Sal, onde estava detida preventivamente pelo crime de tráfico de drogas. A suspeita conseguiu ludibriar a segurança da prisão policial e escapulir-se, no dia 1 de Maio. O alerta foi imediatamente accionado e, segundo Vital Moeda, Procurador da República no Sal, todas as forças policiais foram informadas da ocorrência.

Para Moeda é pouco provável que a suspeita já tenha conseguido abandonar a fronteira cabo-verdiana. “*Foi accionado um alerta geral para os aeroportos, portos e agentes marítimos*”, assegura. No entanto, admite a possibilidade da suspeita poder recorrer a um passaporte falso para fugir do país, com a eventual conivência de comparsas.

Segundo Moeda, a nigeriana foi colocada numa cela da Polícia Nacional por falta de espaço na cadeia civil do Sal. “*Se ela fosse levada para a cadeia, teria de ocupar uma cela sozinha, por ser mulher. Só que as três celas da cadeia civil estão superlotadas*”, esclarece o Procurador da República, para quem existe uma rede de traficantes de cidadãos nigerianos operando em Cabo Verde. E tudo indica que a nigeriana, que residia no Sal mas

costumava viajar para outras ilhas, era uma das principais fornecedoras de droga na ilha do aeroporto.

A fuga da nigeriana foi, entretanto, seguida de uma outra evasão na noite de quarta-feira, desta feita de um recluso de nacionalidade cabo-verdiana, condenado por furto e roubo. O foragido aproveitou um momento de distração dos guardas para saltar o muro. Mas seria recapturado pouco tempo depois.

Estas fugas vêm mais uma vez reforçar, o debate sobre as escassas condições de funcionamento da Justiça na ilha do Sal. Em termos elucidativos, a cadeia do Sal está equipada apenas com três celas e pode recolher 16 reclusos, no máximo. Neste momento, esse presídio alberga quase quarenta presos, detidos, na sua maioria, por crimes de furto e tráfico de drogas.

“*Estamos a preparar uma transferência para a cadeia central de S. Vicente, na próxima quarta-feira, de, pelo menos, quinze reclusos, para podermos aliviar um pouco a pressão nesse espaço*”, informa Vital Moeda, que acumula o cargo de director da cadeia do Sal. O grupo é constituído na sua maioria por arguidos condenados pelos crimes de furto e tráfico de estupefacientes. Alguns desses reclusos são considera-

dos delinquentes de alta perigosidade, especialmente os envolvidos com o narcotráfico.

A lista do pessoal a ser transferido para Mindelo não engloba, entretanto, os dois cabo-verdianos detidos pelos homicídios das duas italianas, em Fontona. Vital Moeda assegura que, apesar de haver o perigo de fuga, a Justiça ainda precisa deles na ilha do Sal, comarca onde está a decorrer a instrução do processo contra os dois suspeitos. Questionado sobre o andamento do processo, Moeda evitou avançar qualquer informação acerca do assunto, porque o caso está sob segredo de justiça.

As fugas de reclusos não são propriamente uma novidade, no Sal. Faz pouco tempo um jovem cabo-verdiano de 19 anos perpetró várias evasões consecutivas. Foi recapturado e enviado para a cadeia central da Ribeirinha, contra a sua vontade. Segundo fonte policial, ao ser informado da transferência, reagiu com violência, deu uma cabeçada numa porta envidraçada e até conseguiu danificar uma algema.

Além deste jovem, que costumava praticar assaltos na via pública, foi transferido para Mindelo um homem acusado de violação sexual de uma menor.

KzB

ILHA DO FOGO

Mulher morre após ser esfaqueada pelo marido

Maria Emília Oliveira, de 48 anos, morreu às 23h da noite de domingo, 29 de Abril, após ter sido esfaqueada pelo marido, Jusufino Oliveira, 58 anos. A faca atingiu-a na parte esquerda do tórax. O acto aconteceu na residência do casal, em Sambuxeiro, ilha do Fogo.

O actor do crime, que inicialmente foi detido na esquadra da Polícia Nacional de São Filipe, vai

aguardar julgamento em prisão preventiva na Cadeia Civil de São Filipe.

Jusufino Oliveira contou às autoridades que o desentendimento entre ambos começou por ele querer apanhar o dinheiro que se encontrava em casa e a esposa não querer que pegasse. Também avançou que a mulher o teria ameaçado com uma pedra e que, tendo uma

facas na mão, deu-lhe uma facada e ela acabou por morrer no local.

“*Emília de Rufino*”, como era conhecida pelos vizinhos e amigos, mãe de oito filhos, era casada há 31 anos com Oliveira. Foi sepultada na tarde de segunda-feira.

NMC

O vazamento de águas contaminadas para a praia de Quebra Canela, no dia 24 de Abril, poderá custar caro à Electra. Os dados das análises à água da praia, encomendados pela Direcção Geral do Ambiente (DGA), não são ainda conhecidos, mas já se sabe que a contaminação aconteceu devido a um problema técnico na Estação de Tratamento de Águas Residuais, que está em obras. Só que quase uma semana depois do ocorrido a Delegacia de Saúde ainda está a reunir esforços junto da Capitania dos Portos para que a praia de Quebra Canela, e eventualmente outras, venham a ter bandeira e polícia.



Electra será punida por contaminar Quebra Canela

A contaminação das águas do mar na praia de Quebra Canela e Praia Negra poderá custar uma coima de, pelo menos, mil contos à Electra, que faz a gestão da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Segundo o Decreto-Legislativo n.º 14/97, de 1 de Julho, que desenvolve as Bases da Política do Ambiente, artigo 92º sobre descarga de águas residuais, “a pessoa singular ou colectiva ou equiparada que fizer descargas de águas residuais não autorizadas ou em desacordo com as normas ou condições prescritas na lei ou contrato ou dimanadas das autoridades competentes será punida com coima até 1.000.000\$00”. No artigo nº91, sobre a poluição da água, refere-se que “aquele que por qualquer forma poluir a água será punido com prisão de três meses a dois anos e multa até 10.000.000\$00”.

No passado dia 24 de Abril, 350 metros cúbicos de água residual vazaram da ETAR directamente para o mar numa zona afastada da área banhar, que

as autoridades não precisaram ainda. “O vazamento para o mar aconteceu numa zona mais afastada e não na praia de Quebra Canela, como se tem dito”, garante a directora geral do Ambiente.

Segundo explica Ivone Lopes, estão a realizar-se obras de expansão e requalificação da ETAR da Praia, que vão ampliar a capacidade de tratamento, dando resposta a toda a população da Praia. “Está-se a fazer a ligação dos diferentes ramais, ligando todas as zonas da Praia à ETAR, o que até este momento não acontecia. Tudo estava programado para fazer esta ligação de forma a não haver ruptura, mas no dia 24 houve um problema técnico numa das estações de bombagem e o vazamento aconteceu”.

ADGA solicitou de imediato análises da água do mar de Quebra Canela ao Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, que tem a competência para o controlo das águas nacionais.

“Estamos a fazer o levantamento

do que aconteceu e só tendo o resultado das análises, é que podemos agir em conformidade com a legislação”, afiança a directora-geral do Ambiente, que garante que os responsáveis pela descarga das águas residuais serão punidos. Os resultados das análises, efectuadas a partir de recolhas ao longo de cinco dias após o vazamento, devem ser conhecidos em breve. Entretanto, a Delegacia de Saúde solicitou ontem novas análises.

O nível de contaminação da praia foi elevado, segundo o delegado de saúde, José da Rosa. No entanto, e apesar de a mensagem ter passado “de boca em boca” para a generalidade da população, não havia na praia de Quebra Canela qualquer indicação do estado da água ou interditando o seu uso para fins balneares. Nem bandeira, nem cordas, nem sinalização. No dia 24 e 25 de Abril estava no local a Polícia Marítima, mas três dias depois do vazamento e no último fim-de-semana, podiam ver-se pessoas a

banhar-se em Quebra Canela.

Confrontado com esta situação, José da Rosa confirma que não havia bandeira vermelha no local. “Vamos nos reunir com a Capitania dos Portos e ver o que podemos fazer daqui para frente como forma de alertar as pessoas”.

O delegado de saúde da capital do país quer que o sistema de sinalização por bandeira (de cor verde, indica que é possível banhar; amarela, não é permitido nadar; vermelha, está interdita a entrada na água) entre “no quotidiano”. Promete ainda realizar análises periódicas à qualidade da água da praia de Quebra Canela, e outras.

Não foi detectado nenhum caso de contaminação relacionado com este vazamento de águas residuais na cidade da Praia. Quebra Canela e Praia Negra, as zonas balneares mais afectadas pelo problema, já não oferecem risco para os banhistas, garante o delegado de saúde.

OS GRÃOS DE MANCARRA DA TACV



GERMANO ALMEIDA

“
...Não me diga que a austeridade levou à supressão da mancarrinha!, e ela sorri, responde que não, apenas aconteceu uma ruptura de stock.
”

Quem acreditou que A TACV ou por ela o canadiano, ia ficar pelo simples corte no pessoal dito excedentário, enganou-se redondamente. Isso porque também a bordo começaram já a cortar aos passageiros, não só na higiene como também as munções de boca, e ou a gente se precata e reage, ou ainda ficámos reduzidos ao slogan “TACV, o prazer de viajar bem” estampado em letra azul em tudo quanto é lugar, desde rebuçados a toalhetes.

Dei pelo penúltimo corte na viagem que fiz dia 18 passado Sal-Lisboa e foi nas humildes mancarrinhas. No percurso matinal S.Vicente-Sal uma senhora emigrante sentada ao meu lado resmungou todo o resto do tempo a partir do momento em que passou por nós o comissário a oferecer copos d’água. Um copo d’água! A esta hora da manhã, um copo d’água para um bilhete de passagem tão caro, se calhar o mais caro do mundo, exprobou. Ao menos um café, um sumo, um bolinho, uma coisa assim, enfim, uma morabeza para agradar as pessoas, concluiu. Já deram, disse-lhe com voz propositadamente nostálgica. Suminhos à escolha, bolos sortidos, enfim, diversos! Mas foi sol de pouca dura, foram cortando, cortando, até chegar ao limite deste copo d’água que afinal das contas é apenas meio. Porém, não se perdeu tudo, mais um bocado, já perto da hora da chegada, distribuirão um rebuçado-TACV, sempre se desembarca com a boca doce. Aliás, antes era uma coisinha de nada que logo desaparecia na boca, mas hoje em dia é um gordo rebuçado embrulhado num naco de papel onde se lê o eterno *pleasurable way of flying*. Foi a única coisa que aumentou, como a senhora sabe a nossa morabeza está em plena crise de crescimento.

Falava-lhe assim à toa com o objectivo de a distrair, mas ela não se conformava, e ainda a propósito do copo d’água contou-me a estória do menino de Santo Antão na Boa Vista que soube de uma c’mida d’anjo e logo para lá correu com a sua caneca a receber a sua parte. Porém, desilusão das desilusões, era cachupa. Normalmente c’mida d’anjo é canja de capado com rodom ou mesmo arroz, porém a

pessoa tinha optado por fazer uma cachupada. E o menino já de caneca estendida olhou a cachupa no panelão, os grãos de milho boiando no caldo acastanhado e recolheu o braço, recusou a esmola: *Cótchupa pa cótchupa u’m ta c’mel lá na nhá casa*, disse e foi-se embora desgostoso. Pois, é como esta água, tenho igual em casa.

Sorri como se ouvisse a estória pela primeira vez, desde há muito que venho transitando pelas oferendas dos TACV, sumos, cafés, flores, estojos de higiene, até caneta já me ofereceram, por sinal uma boa esferográfica, dizia a caixa que trabalho manual de não sei que artista italiano, a ementa apresentada num luxo de papel e cores que de longe ultrapassava a iguaria, porém a empresa foi entrando em recessão crítica, agora nem o rancho é já anunciado com antecedência.

Tudo certo, a leviandade tem limites, esse esparrame de dinheiro era um tanto louco, mas francamente que não estava preparado para o último corte, a saber, o corte das mancarrinhas. Antes de servir a refeição quente perguntavam que aperitivo deseja o passageiro tomar, e traziam-no acompanhado de um pires com uns grãos de mancarrinha torrada em sal. Na verdade coisa pouca, mas sempre se cumpria o preceito dos dietéticos de nunca por nunca tomar aperitivo algum sem primeiro comer algo, há uma peça qualquer no nosso interior que se rebela contra isso provocando danos irreparáveis, pelo menos a acreditar nos que dizem entender do assunto. E de facto a TACV respeitava escrupulosamente essa regra, servindo uns poucos grãos de mancarrinha torrada com os aperitivos que oferecia.

Pelo menos até ao dia 18 passado, o mesmo dia em que a minha companheira de assento questionou o copo d’água. A delicada aeromoça pergunta o que desejo como aperitivo, digo que um *bloody mary*, ela regressa, penso que se esqueceu dos grãos de mancarrinha, antes de falar espreito os demais passageiros, ninguém tem, digo à moça, Não me diga que a austeridade levou à supressão da mancarrinha!, e ela sorri, responde que não, apenas aconteceu uma ruptura de stock. Que não deixa de ser grave, acrescento, e

ela concorda comigo, Tem toda a razão!, e ambos assim de acordo continuámos sorrindo um para o outro.

Regresso à terra dez dias depois e viajo com a mesma moça. Começo por estranhar quando, em vez do habitual pano húmido e quente, ela me oferece para as mãos uma toalhete de papel a escorrer um líquido perfumado que admito possa ser água. E a seguir o *bloody mary* vem a seco. Continua a ruptura de stock da mancarrinha, pergunto. Não, responde ela encabulada, é mesmo um corte.

Corte na mancarrinha! Ouvia isso precisamente no momento em que estava a ler numa revista oferecida a bordo que no reino do Qatar “os passageiros da primeira classe da transportadora... são conduzidos até ao avião num novíssimo BMW série 7. No aeroporto, o recém-inaugurado lounge (espaço de acolhimento aos passageiros VIP) de 10 mil metros,... existem SPAs, jacuzzis e outros mimos... a bordo dos Airbus e Boeing da Qatar Airways, serve-se caviar, vinhos novos e de reserva e até um kit com pijama para dormir na cabina individual, com assentos que se reclinam 180 graus”.

Leio estas coisas deliciosas no momento em que me dizem que a minha ração de mancarrinha foi superiormente suprimida numa companhia aérea que, se tem algo de notável, é precisamente no descarado exagero dos preços das passagens, e penso, São empresas como a Qatar Airways que não deixam um homem ser um comunista autêntico, pois que fazem-nos sempre desejar a concorrência, que venha a concorrência, quem mais quererá depois viajar nos TACV?

Mas entretanto já se foi a mancarrinha e sabe Deus que mais será cortado até ao final do mandato do sr. Gilles. E do mesmo modo que Eça de Queirós perguntava ao chefe da Companhia das Águas de Lisboa que lhe cortara o fornecimento a casa, “E agora, que devo eu cortar a V.Excia?, assim apetece perguntar ao sr. Gilles que dizem estar a sonhar trocar os nossos Boeing por Airbus, Que podemos nós cortar a V.Excia por forma a nos compensarmos da perda desses parcos grãos de mancarrinha?”

Cabo Verde, mais concretamente a ilha de Santiago, vai ter a sua primeira via rápida em sistema de portagem. Praia-Tarrafal, via litoral, é, pois, a próxima grande aposta do governo a nível das infra-estruturas rodoviárias nesta ilha, depois de asfaltada a estrada Praia-Assomada. O concurso público para a escolha da empreiteira que irá materializar esse projecto vai ser lançado já este ano.



Via rápida Praia-Tarrafal vai a concurso já este ano

Praia-Tarrafal, pelo litoral, é uma via rápida que vai introduzir o sistema de portagem em Cabo Verde, isto é, para circular nela os automobilistas terão de pagar uma taxa. Trata-se de um sistema que existe em várias partes do mundo, especialmente na Europa, a nível das auto-estradas e não só.

Inédito em Cabo Verde, o diploma que abre caminho às portagens foi aprovado na semana passada pelo Conselho de Ministros. Sem perda de tempo, o MIT vai lançar ainda este ano o concurso público para a escolha da empreiteira que vai executar a ideia. De acordo com o diploma, cabe à empresa seleccionada a concepção, a construção, o financiamento, a conservação e a exploração da referida via rápida por tempo a definir.

O ministro das Infra-estru-

turas e Transportes revelou ao **A Semana** que assim que o referido decreto-lei for publicado no Boletim Oficial, o concurso internacional para a escolha da empreiteira “é lançado”. A ideia, segundo ele, passa pela recepção das propostas e a que se mostrar mais vantajosa para o tesouro público será aprovada, com o respectivo caderno de encargos, tal como acontece noutras paragens.

Contudo, o governante não pôde avançar prazos nem o volume de investimento que o projecto vai requerer, sendo certo que o mesmo deverá mobilizar largos milhares de contos. “O dossier do concurso já está pronto, mas ainda estamos na fase de desencadear o processo até à sua concretização final, que vai levar o seu tempo”, afirma Inocêncio Sousa.

A via rápida Praia-Tarrafal, que será, segundo Manuel Inocêncio Sousa, “uma ligação que encurta o tempo de deslocação de uma ponta à outra da ilha de Santiago, via litoral, será construída e explorada por uma parceria público-privada”.

Questionado sobre se a via terá tráfego suficiente para o financiamento do empreendimento, Manuel Inocêncio Sousa responde que “os utilizadores vão pagar portagens, mas se o tráfego não viabilizar o investimento, o Estado entra com a diferença”. Esta é, diz, “uma alternativa mista às maneiras tradicionais de gerir vias rápidas: ou o tráfego é suficiente para pagar à concessionária os serviços prestados ou o Estado assume todas as despesas sem quaisquer custos para o utilizador”.

Para o ministro este “investimento é estratégico para o desenvolvimento da ilha de Santiago” e acredita que quando estiver concluída “a via terá mais tráfego devido ao crescimento turístico, sendo útil também para a exploração agrícola”.

E para quem não quiser pagar portagem, o entrevistado de “**A Semana**” vai dizendo que “haverá sempre alternativas”, dado que “o anel de Santiago está em boas condições e já existirão acessos para todas as localidades da ilha”. Note-se que, com a ajuda do MCA, do Banco Mundial e outras entidades, se encontra actualmente em curso, nesta ilha, um vasto programa de construção de estradas de penetração, sem falar na estrada Praia-Assomada-Tarrafal, via do interior da ilha.

Catarina Abreu

JÁ SOPRAM VENTOS DAS AUTÁRQUICAS



ANTÓNIO NEVES

“
...do que os dois partidos da alternância não fazem segredo é das suas apetências em tentar conquistar Câmaras que estão em poder dos adversários. Como é óbvio, isso só será possível com candidaturas experimentadas, politicamente fortes e carismáticas.
”

A uma distância de, aproximadamente, onze meses para a realização das próximas eleições autárquicas, o movimento, já visível a olho nu, indica que não há tempo a perder. Quer os dois maiores partidos políticos e respectivos autarcas quer os chamados grupos ou associações políticas, bem como alguns presidentes das Comissões Instaladoras (CI) dos novos municípios, já estão a tomar posição nas plataformas de lançamento para a disputa de cada uma das Câmaras e Assembleias Municipais.

Isso faz pressupor que quando o processo entrar na sua fase de aquecimento, um dos aspectos a ter em conta, e que ressalta desde já à vista de forma palpável, é a grande competitividade que as eleições autárquicas de 2008 irão experimentar. Poder-se-á mesmo dizer que já se apresentam, em perspectiva, extremamente renhidas, uma vez que para alguns a vitória nas autárquicas é vista como um trampolim para outros voos, o que de certo modo poderá não passar de quimeras. Tendo, também, em atenção o aumento do número de Concelhos em disputa (será um leque de vinte e duas equipas em campanha!), estima-se que nos aguardam dias agitados, numa autêntica roda-viva.

Uma simples, mas significativa, amostragem do que será o “entusiasmo” quando o processo atingir o seu ponto escaldante, foi dada durante o debate parlamentar agendado pelo MpD sobre a situação dos cinco novos

Municípios, na sessão plenária de Abril. Para não variar, os ventoinhas fizeram uma grande algazarra à volta do estado de penúria desses municípios, alegaram que foram criados e deixados ao Deus dará, sem eira nem beira, dando a sensação de que as CI nem sequer uma esteira têm para descansarem os ossos. Quando o líder parlamentar ventoinha entrou de rompante com o seu habitual discurso no plenário, de forma tão convincente, eu cheguei a me questionar se o PAICV não se teria ferrado desta vez!? Mas como o desfecho foi o de sempre, para o vice-presidente do grupo parlamentar tambarina “*a montanha pariu um rato*”.

Não é a primeira vez, nem será a última, que o MpD aparece com esse tipo de discurso. O task force ventoinha, que já se tornou repetente impenitente nesse tipo de atitudes, esquece-se de que a pressa, para além de ser “*inimiga da perfeição*”, não se compadece com arranjos ad hoc e desproporcionados. Não deixa, infelizmente, de ser azar a mais a ultrapassar o limite do aceitável, verificar que sempre que fazem agendar um determinado debate com ares de quem lança uma espada em África, ou de quem “*pegou ladrão*”, os ventoinhas levam sempre com uma onda de água fria no costado!

Uma vez desmontado o alarido com números que falam por si, e que ficou claro que era difícil fazer mais em tão curto espaço de tempo, a verdade acabou por emergir como cortiça. É evidente que esses novos municípios padecem dos mesmos problemas que os outros, (quicá multiplicados pelos anos que os antigos os levam de avanço), pelo que é necessário que recebam do Governo, na medida do possível, alguns apoios extras neste início da sua caminhada. Mas não restam dúvidas de que, tendo em conta a sua curta existência, avançaram razoavelmente bem. Creio, por isso, que a frase proferida pelo Primeiro-Ministro de que “*o Governo não tem uma máquina de fazer dinheiro*”, e da qual o MpD fez um grande cavalo-de-batalha, tinha razão de ser porque “*quem dá o que tem a mais não é obrigado*”.

Para além das candidaturas que, inevitavelmente, serão apresentadas pelos dois maiores partidos, ainda não se sabe exactamente até onde a UCID pretende chegar desta feita, uma vez que os seus dirigentes têm vindo a insistir em instalá-la apenas em S. Vicente, de preferência nas periferias, com algum sucesso, diga-se de passagem (mas é quase nada comparado com as suas pretensões), como, aliás, aconteceu nas últimas eleições legislativas, em detrimento da uma representação ao nível nacional. Do PRD e do PSD, que ultimamente não mitem nem tugem, não há nem fume nem mandote. Isso para não falar do PCD que passou à história de forma precoce, para “engorda” de terceiros, o que não deixa de ser lamentável em democracia! Há quem pensa que o azar advém do “D”. Será?

Tudo faz crer, por outro lado, que os presidentes das CI são, em princípio, potenciais candidatos à disputa da presidência das Câmaras que estão a instalar. Penso que desde que se mostrem disponíveis, como são já os casos de Aqueleu Barbosa - Santa Catarina - ilha do Fogo, e António Soares - Tarragal - S. Nicolau, ou mesmo João Baptista Pereira, que durante uma entrevista fez questão de acentuar que “*A minha determinação em continuar a trabalhar para Picos é total e absoluta*” (que é interpretado como estando disponível para ser candidato ao cargo), merecem ser indicados/eleitos cabeças-de-lista. Mas como ainda não existem posições claras sobre quem é quem nas próximas eleições autárquicas, nem quais

as ilhas que irão ser cobertas, total ou parcialmente, pelas forças políticas em confronto, certos dados que andam a circular à nossa volta podem não passar de mera especulação.

Pelo que é dado a conhecer, existe algum desejo das populações dos novos municípios em ver os presidentes das CI como candidatos à presidência dessas Câmaras e estão convictas de que assim será, para que tenham a oportunidade de prosseguir com a árdua e fatigante tarefa, que tem ainda um longo espaço a percorrer, mas, de preferência, legitimados pelos votos das populações locais nas eleições de 2008.

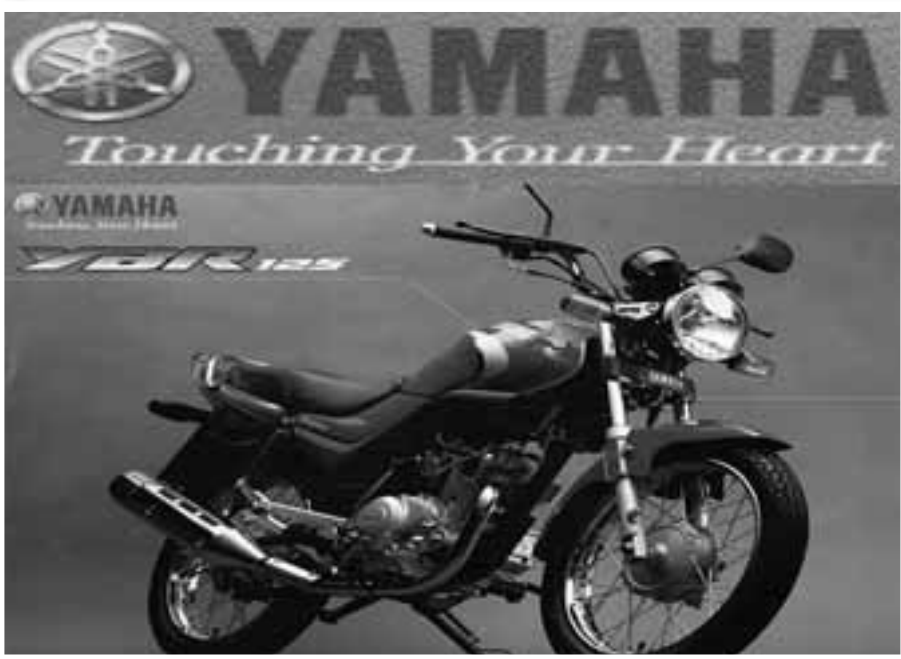
Embora os nomes não sejam ainda conhecidos, porque, segundo consta, ainda há trâmites a ultrapassar pelas estruturas partidárias, uma coisa é certa: o PAICV não deixará de apresentar candidaturas próprias em todos os Concelhos. E não é difícil prever quem serão os escolhidos pelos tambarinas para a maioria dos vinte e dois Municípios. Julgo que salvo um ou outro caso que será decidido através de eleições primárias, é provável que para as Câmaras que neste mandato são dirigidas por Autarcas tambarinas, e com bom desempenho, será apenas uma questão de legitimar a sua recandidatura, como forma de assegurar a continuidade do trabalho em curso.

No que se refere a casos por clarificar, o que se passa com o processo de escolha em S. Filipe, que gerou um certo alvoroço nas estruturas locais e fez correr alguma tinta além de suscitar alguma inquietação aos amigos e simpatizantes tambarinas, não tem nada de mais! Ao contrário das conjecturas e especulações feitas à volta dos propósitos da candidatura de Luís Pires versus recandidatura de Eugénio Veiga, o que aconteceu é apenas a consequência do estágio de implantação que a democracia interna atingiu no seio do partido da independência.

O que está em jogo naquela cidade da ilha do vulcão, que é susceptível de acontecer em outros Concelhos (como, p.e., em Santa Catarina - Santiago), é simplesmente uma questão de opção e tem a ver com a percepção que as estruturas locais do PAICV têm sobre o Poder Local e, por isso, deve ser visto como um facto natural e dialéctico: enquanto uns apostam na continuidade, outros acreditam na renovação e no avanço. O essencial é estarem salvaguardados os direitos e as liberdades de escolha de cada um. Aliás, não resisto à tentação de citar a seguinte frase, proferida pelo presidente do PAICV no último Congresso tambarina, e que ilustra bem essa máxima: “*O PAICV, partido da independência, é o depositário das liberdades e dos direitos*” Se alguém disse o mesmo antes, melhor ainda! Segundo este semanário, citando a cúpula do PAICV, eleições primárias terão lugar em finais de Julho p.f. Estou certo que a escolha, que será feita democraticamente, resolverá as questões a contento de todos e continuará a merecer o apoio do eleitorado.

Entretanto, do que os dois partidos da alternância não fazem segredo é das suas apetências em tentar conquistar Câmaras que estão em poder dos adversários. Como é óbvio, isso só será possível com candidaturas experimentadas, politicamente fortes e carismáticas. Para já, são essas as características do cabeça-de-lista que se espera que o PAICV apresente em S. Vicente, que precisa, decididamente, de uma boa *chicotada psicológica* nas eleições autárquicas que se aproximam, para que essa ilha, que tem um dos portos mais bonitos do mundo, possa sair do marasmo em que vive mergulhada!

Distribuidor oficial: SAT, LDA



Contactos:

Tel: 261 49 95 (Praia) – 232 52 55 (São Vicente)

GLOBALIZAÇÃO, RECONCILIAÇÃO NACIONAL E MICRO-DITADURAS

Em Cabo Verde reinam várias “pequenas” forças independentes do Estado, sem qualquer legitimidade democrática, mas que exercem um poder perfeitamente arbitrário, aproveitando-se de fragilidades daquele.

Tal situação, aliada ao ambiente geral que neste artigo se tenta retratar, requeria um poder judicial fortemente estruturado e bem dotado de agentes - juízes, procuradores e oficiais de Justiça -, competentes e incorruptíveis.

Acontece que, em tónica geral, o nosso “poder judicial” assume-se hoje como a mais emblemática daquelas forças. Acredito que em Cabo Verde os juízes nunca receberam ordens do Governo, mas a verdadeira independência poder judicial é muito mais do que isso: ela só existe no quadro de um amplo leque de requisitos. E um deles é a responsabilidade do magistrado, em certos termos, pelas suas decisões, coisa que muitos ainda consideram uma heresia.

Com mais ou com menos filosofia, os magistrados gozam, na prática, de impunidade. Cada magistrado é, em potência, ou vítima de sua competência e desejo de bem servir, ou um “micro-ditador”, de sucesso garantido.

E há exemplos muitos de outras micro-ditaduras entre nós, enquanto se confunde a noção de serviço público:

Na TCV, é corriqueiro ver-se jornalistas a fazerem passar mensagens pessoais por informação isenta. E é crítica af a promoção de personalidades acrílicas - sempre as mesmas! - e a marginalização de quem ouse a diferença.

A TCV é, em essência, um serviço público porque pertence ao Estado. Não por quaisquer conteúdos de utilidade pública. Neste último sentido sê-lo-ia, por exemplo, o jornal “A Semana”, a avaliar-se por critérios isentos e técnicos. Mas este, se não se aguentar com o peso e os encargos financeiros de sua qualidade cada dia mais refinada... que feche as portas! Virão depois uns estrangeiros com mais isenção (fiscal), com quem se farão parcerias.

De pronunciamentos públicos de algumas associações profissionais (a começar pela dos Advogados) depreende-se a toda a hora um mero exercício arbitrário de poder político - pessoal, da própria classe ou de grupos a ela alheios -, em vez do incremento de opções éticas, profissionais, sociais e culturais, em nome do bem comum, isto é, do serviço público que à classe cabe prestar.

Ponto será saber se tudo isso resulta do inevitável claudicar de um Estado frágil perante forças poderosas, ou se antes não será também fruto de opção - ou confusões - de fundo. Oiro sobre azul foi para isso tudo a patética lei da reconciliação nacional, de Dezembro de 2005.

O interesse público está nas mãos de quem for mais esperto e tiver mais dinheiro ou margem de manobra. Quem tiver dois nacos de terra oferece um bom lote e logo-logo obtém levantamentos cadastrais, inscrições, declarações oficiais e protocolos, registos e sentenças a seu favor e torna-se dono de áreas “de engorda” que davam para uma cidade inteira.

Perguntem à Praia-Maria, de tantos planaltos espreitando o oceano e tecendo um vestido de noiva para consagrar sua Paixão Atlântica do sonho e canseiras de Filú. Ela chora a dor de alguns a possuírem e ninguém a amar, senão o largo mar - cuja vista já não

tem. São os capitães-mores que outrora a abandonaram nua pelas achadas e regressaram reconciliados para a nova posse, agora que tantas vias - tantas contas e um anel! - lhe serpenteiam o corpo a desabrochar.

Será injusto pintar hoje com cores sombrias o país cinzento que “herdámos” de Portugal? - Por certo! Cabo Verde cresceu “em crescendo” desde a Independência Nacional, em todos os planos.

Sim: Construir estradas, palácios de Justiça, portos e aeroportos, hospitais e até vislumbrar uma universidade pública a nascer ou ver alguns “iesigues”, o desemprego com sinais de redução, a mortalidade infantil tão reduzida, ver um nível de escolaridade invejável em África e estar às portas do desenvolvimento médio (real ou virtual), tudo isso é quase um sonho.

É a maravilha da economia de mercado e da globalização. Temos o prémio (simples migalha para quem dá, muito para quem toma) de Cabo Verde ser um dos países mais cumpridores das regras de boa conduta do BM e do FMI.

Cabo Verde está transformando-se num entreposto de tudo: um “gate-way” (do mundo inteiro) to África e um “gate-way” (do pó branco) to Europa. E um oásis para os estrangeiros (em propriedade perfeita!) em pleno deserto.

Alguém disse que a corrupção é a seiva da globalização. O Estado hoje não quer saber disso: prefere o pensamento positivo e a reconciliação nacional... mas com tudo isso!

E tudo isso é desenvolvimento. Sem esquecer a China, que não faz ditados para o desenvolvimento, mas dá barragens, dá palácios, computadores e uma multidão de “chinas”. “Chinas” são fixe e vendem “pludute balato” - ora mau, ora bom - e nunca morrem localmente.

Dentro em breve é só verdiano comprar fato e gravata e seguir rumo ao continente próximo a prestar serviços culturais. Seremos todos divas “e divos” (de pés calçados) pelo mundo fora.

Porém, cuidado: nada de delírios! “Basofaria” sim, pois está no sangue, mas devagar. Não esquecer que no princípio do séc. XX Cabo Verde, terra de analfabetos, tinha já mais alfabetizados que todas as colónias portuguesas juntas.

Temos, sem dúvida, liberdade (ou democracia) de mercado! Mas nada de confundir isso com Estado de Direito Democrático. São conceitos diferentes, pelo menos naquele significado vulgar e profundo de democracia, que corresponde ao sentir e ao estar do caboverdiano através dos tempos.

Para além do sonho há também uma dura realidade: crianças que mal comem. Pessoas que não habitam nem se vestem com dignidade. E há micro-ditaduras entre nós para todos os gostos: públicas, privadas e até de parceria público-privada.

Há em Cabo Verde uma perversidade miudinha contra a cidadania: Ou se reza a cartilha da situação, ou a da oposição, e tudo bem, ou se é bom rapaz e boa rapariga e tudo bem. Afora isso, tudo bem que se seja músico, batucadeira, carnavalesco, bonacheirão, poeta, escritor de romances (mas só isso!) declamador de direitos humanos (sem conto de denúncias). Mas que não se arme em criticar com objectividade, ou dar palpites às Nomenklaturas.

Tal objectividade significaria, para a Situação, que ela não está a ser venerada e, para a Oposição, que não se está a ser suficientemente violento com a Situação.

Pergunto se é Democracia, se é respeito pela Constituição, se é viver-se num Estado de Direito Democrático, o Poder Governante impor ao povo um Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça que não é juiz nem sequer é funcionário público, só porque a oposição quer esse homem como juiz e há conveniências partidárias de reconciliação nacional a respeitar!

Passando às parcerias público-privadas, lembremos: em 2004 e 2005 a Ordem dos Advogados deu instruções aos magistrados, às polícias e a tudo quanto fosse autoridade para não permitirem a certos advogados exercer a sua profissão.

Tratava-se de um modo geral de advogados que não pagavam quotas, uma forma de resistência contra uma situação grave na OACV, comprovada, aliás, numa sindicância que a Ministra da Justiça não tivera como recusar. Porém, com eventuais temores reverenciais pelo meio, o caminho desta foi mesmo o de não tomar qualquer medida, puxando com isso o tapete a quantos tinham ousado fazer ondas perturbadoras da reconciliação nacional.

As ordens da Direcção da OACV foram acatadas por alguns juízes, enquanto outros, incluindo os do STJ, as ignoravam. A Justiça, completamente desorientada, chegou a esta situação aberrante e surrealista de alguns advogados poderem exercer no STJ e não perante um grupinho de juízes de instância e procuradores mais “fervorosos”.

O Supremo Tribunal de Justiça, apreciando um tardio recurso de constitucionalidade metido pelo PG, considerou inconstitucional, desde o início, a medida da OACV.

Pergunta-se: e os magistrados que, indiferentes à ilegalidade e inconstitucionalidade evidentes do tal Regulamento da OACV e à própria independência da função de julgar, tanto prejudicaram, moral e materialmente, os advogados?

Nada há a fazer. Nenhuma acção contra o Estado por abuso desses magistrados teria andamento. Os colegas não permitiriam. O Corporativismo aí é uma micro-ditadura.

Até porque, num oportuno compromisso eleitoral entre “os dois que contam”, a inconstitucionalidade viria a ser repetida - agora por via de lei e com contornos sarcásticos - nos novos estatutos, aprovados em 9 de Janeiro de 2006.

A mesma incapacidade de sistema - fruto de pequenas ditaduras dispersas - ocorrera já em 2003 quando o recenseamento eleitoral se fez em cada circunscrição de uma forma específica, consoante as convicções do juiz de Comarca respectivo.

Os magistrados acham-se desamparados, pois não existe uma verdadeira Administração da Justiça no país. Cada um desenvolve-se conforme pode e o utente da Justiça reza para lhe calhar um verdadeiro juiz (que muitos há!) e não um micro-ditador.

Enfim, a economia de mercado aí está, implacável, mas acreditemos na mão invisível de Adam Smith (que mais fazer?!), ou mesmo no poder regulador do Estado pós-moderno. Porém, o falado Estado de Direito Democrático, esse, ainda vem longe, muito longe ainda.



RUI ARAÚJO

“
Há em Cabo Verde
uma perversidade
miudinha contra a
cidadania: Ou se reza
a cartilha da situação,
ou a da oposição,
e tudo bem, ou se
é bom rapaz e boa
rapariga e tudo bem.”

Sexta-feira, 4 de Maio de 2007

asemana

Opinião

Autárquica movimenta PAICV na Brava

Moisés Santiago, vereador desprofissionalizado que tinha tornado público alegados casos de irregularidades na gestão da Câmara da Brava, está de novo em cena. Ele disponibiliza-se, através de uma carta remetida à direcção local e nacional do PAICV, a disputar as primárias com o edil Camilo Gonçalves, ao mesmo tempo que denuncia, tentativas da actual liderança para o afastar das fileiras da organização. O recém-eleito líder, Ernesto Rocha, garante que o pedido para se realizar as primárias será oportunamente discutido a nível do Conselho do Sector e riposta que é o próprio Moisés Santiago que se auto-excluiu do partido, ao se associar a elementos do MpD para combater a Câmara e o PAICV.



MOISÉS SANTIAGO



CAMILO GONÇALVES

Moisés pede primárias com Camilo

Moisés Santiago disponibiliza-se, enquanto militante de base, a disputar as primárias para a escolha do candidato do PAICV à Câmara da Brava nas autárquicas de 2008. O vereador desprofissionalizado e antigo responsável local dos tambarinas diz ter manifestado esta sua intenção numa carta remetida no dia 17 de Abril ao recém-eleito 1º Secretário, Ernesto Rocha, com cópia ao secretário-geral do PAICV, Mário Matos, e a vários outros dirigentes e militantes do partido nas terras de Eugénio Tavares.

“Apresento ao órgão próprio a minha disponibilidade, enquanto militante em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, em ser candidato a candidato do partido à Presidência da Câmara Municipal da Brava nas eleições que se avizinham”, lê-se na referida missiva a que este jornal teve acesso.

Aquele político solicita, com efeito, a marcação das primárias na Brava, fundamentando o seu pedido com base nos nºs 1 e 2 do artigo 29º dos Estatutos do PAICV em vigor, coadjuvados com a alínea c) dos artigos 9º e 19º do mesmo normativo. “*Havendo, provavelmente, mais candidatos ao lugar, solicito ao Conselho de Sector, ao abrigo dos Estatutos*

do PAICV, que faça chegar uma proposta à Comissão Política, órgão de decisão em última instância nesta matéria, para a realização das primárias na ilha Brava”.

Santiago diz ter o apoio de pelo menos oito dos 25 membros do actual conselho do Sector e adverte que está ainda à espera do aviso da recepção da carta que remeteu, por correio, ao actual 1º Secretário desde 17 de Abril. “*Não acreditamos que V. Excia, somente se disponibilizou para um mandato de três anos, para influenciar os membros a aceitarem o seu candidato (leia-se Camilo Gonçalves), que declaradamente apoia. Enquanto Primeiro Secretário, entendo que deva ser imparcial na hora de escolher o candidato ou candidatos às eleições autárquicas”*, avisa autor da carta que vimos referindo.

AUTO-EXCLUSÃO E DIÁLOGO

Moisés Santiago insurge-se, por outro lado, contra o que considera ser uma tentativa por parte da actual liderança do PAICV na Brava de excluir militantes, principalmente aqueles que entraram nas fileiras quando o

partido estava ainda na travessia do deserto. “*Enquanto primeiro secretário cessante, fiquei surpreso e estupefacto, porque pela primeira vez na história do partido o artigo 86º, alínea b), dos estatutos foi esquecido e os estatutos rasgados parcialmente. Pela primeira vez, dizia, o Primeiro Secretário cessante e sua equipa, incluindo o Primeiro Secretário eleito, não foram chamados para prestarem contas a um novo Conselho de Sector. O Primeiro Secretário cessante, enquanto Vereador (Delegado Nato) não teve conhecimento oficial da realização da Conferência. Uma situação aberrante, só compreensível pela clara tentativa de exclusão dos incómodos. Na estrutura paicivista na ilha, quem critica é excluído. A crítica é vista pela forma e nunca pelo conteúdo”.*

Posicionamento bem diferente tem o novo 1º secretário, que diz que Moisés Santiago é que se auto-excluiu da organização ao se associar a elementos do MpD e aos chamados independentes para lançar suspeitas contra a gestão da Câmara da Brava e o PAICV, abandonando a liderança deste.

Ernesto Rocha esclarece que está ainda

por levantar a carta que Moisés lhe enviou, porque antes teve o conhecimento do seu conteúdo através de terceiros. “*O edil Camilo Gonçalves, que se encontra nos EUA, não disse ainda se está disponível ou não para participar na corrida. Mas assim que houver o pronunciamento de outros possíveis candidatos à Câmara da Brava vamos agendar, numa das próximas reuniões do Conselho do Sector, o pedido de Moisés Santiago, quanto a se realizarem primárias na ilha”.*

Sobre o caso da prestação de contas na última conferência do sector, Rocha salienta que os participantes ao encontro foram informados de que tal matéria não foi agendada por causa do limitado tempo estipulado para a reunião e da prioridade que se deu à análise da situação política local e à eleição de uma nova direcção. “*Vamos convidar o 1º secretário cessante para prestar contas ao nível do Conselho do Sector”*, conclui o líder tambarina na ilha das flores, pois o objectivo é unir todos os militantes para que, com base no diálogo e na democracia interna, o partido possa vencer os embates políticos que se avizinham.

Alírio Dias de Pina

MpD à busca de candidatos à Câmara dos Mosteiros

Nilton Rodrigues e Hénio Santos disponíveis

Nilton Rodrigues e Hénio Santos são os nomes referidos por parte do MpD nos Mosteiros como seus possíveis candidatos à Câmara local nas autárquicas de 2008. O primeiro é licenciado em Economia e Gestão e reside há 10 anos nos EUA. O segundo é licenciado em Filosofia e lidera, neste momento, o Programa Ambiental da Câmara de São Miguel, na ilha de Santiago. Mas a escolha de um desses potenciais candidatos só será feita, segundo o coordenador provisório no concelho Luís Alves, depois da Assembleia Concelhia, prevista para acontecer durante a segunda quinzena de Maio.

Dois nomes o de Nilton Rodrigues é o que parece estar a reunir mais apoios a nível do MpD. Hénio Santos foi director do liceu dos Mosteiros e coordenador concelhio do MpD,

chefiando actualmente o programa Ambiental Municipal da Calheta de São Miguel, na ilha de Santiago.

Este jornal está em condições de avançar que fora da corrida ficarão Casimiro de Pina e Lourenço Lopes, ambos membros da Direcção Nacional. O primeiro porque perdeu apoios internos desde o seu fraco desempenho nas últimas legislativas enquanto cabeça da lista do MPD por Mosteiros. O segundo, que aguarda o desfecho de um processo-crime que envolve uma menor, manifesta-se indisponível para concorrer àquele cargo.

“*Eu não sou candidato à Câmara dos Mosteiros, mas de certeza que participarei na definição da estratégia e do programa eleitoral da candidatura do MpD à Câmara dos Mosteiros”*, garante Lourenço Lopes, para

quem o seu partido vai trabalhar para reabrir o aeródromo desactivado, construir um porto local, implantar um pólo universitário nas áreas de geologia e biologia, modernizar a agricultura e melhorar a protecção civil naquele município.

O coordenador local provisório do MPD esclarece que o seu partido ainda não escolheu o seu candidato às autárquicas de 2008, mas admite que esse processo possa conhecer algum desenvolvimento com a visita recente do líder do partido, Jorge Santos, aos EUA. Luís Alves assegura que o processo ficará mais claro a partir da segunda quinzena de Maio, altura em que será realizada a assembleia concelhia para a eleição de uma nova Comissão Política Regional.

ADP

A pouco mais de um mês de apresentar o seu relatório, as duas comissões parlamentares que estão a investigar o caso das ZDTI's, a fazer fé em dados recolhidos por A Semana, ainda não conseguiram apurar nada de substancial. Uma dessas CPI's, a do PAICV, só no dia 14 começa a ouvir os seus depoentes. A do MpD já ouviu quem tinha de ouvir, inclusive o ex-ministro da Economia, João Pereira Silva, numa sessão que durou cinco horas. E mesmo assim o motivo que praticamente ditou o inquérito, ou seja, o contrato entre a SDTIBM e a SLN, não veio à baila em nenhum momento.



CPI DAS ZDTI'S

Por: JOSÉ VICENTE LOPES

Por enquanto nada de novo

Instituídas em Dezembro último, as duas CPI encarregues de fiscalizar as actividades das Zonas de Desenvolvimento de Turismo Integrado (ZDTI) e Zonas de Reserva e protecção Turística (ZRPT) têm 180 dias para realizar o seu trabalho. Ou seja, neste momento falta-lhes pouco mais de um mês para isso. Das duas CPI, a do MpD, presidida por Janine Lélis, é a que se encontra em fase mais adiantada. Ela terminou de ouvir a sua lista de personalidades, na passada segunda-feira, 30, com a audição do ex-ministro da Economia, João Pereira Silva.

Curiosa e surpreendentemente, durante as cinco horas que durou essa audição, em nenhum momento a questão que ditou a polémica em torno dos terrenos, ou seja, contrato entre a SDTIBM e SLN, veio à baila. Isto nem da parte dos deputados do MpD, partido que requereu a CPI por considerar o caso "um escândalo nacional", nem da dos deputados da maioria, que se limitaram praticamente a ouvir os seus colegas da minoria, intervindo pontualmente com uma ou outra questão.

Iniciada às 9h40, a referida audição de terminou às 14h30, seguramente uma das mais longas audições de que se tem memória neste país. Por ser uma sessão pública (a pedido do visado), cerca de uma dezena e meia de pessoas, entre elas deputados, familiares e amigos do declarante, estiveram presentes, sobretudo durante a primeira parte da sessão que terminou por volta das 11h 30. Mas, vendo que desse modo não haveria de sair muitos coelhos, bastou o intervalo para a maior parte dos curiosos se pôr a andar.

As perguntas da audição giraram à volta do preço dos terrenos, questões ambientais, conflitos de competências entre o ministro e o presidente da agência Cabo Verde Investimentos (no tempo de Paulo Monteiro Jr.), etc. Em vez do contrato da SDTIBM e a SLN, veio sim à baila, durante algum

tempo, o projecto que a empresa Global pretende construir na baía da Murdeira, na ilha do Sal, nomeadamente os compromissos entre os seus promotores e o Estado, o preço dos terrenos, etc.

Houve um momento em que Elísio Freire (MpD), muito senhor de si, pareceu encurralar Pereira Silva confrontando-o com o facto de todos os projectos aprovados pela CI na altura terem os seus valores estampados num mapa dessa agência e apenas nos da Murdeira não constava nenhum valor. O visado, calmamente, sacou da sua pasta de documentos e retirou dela uma cópia do BO onde os valores em causa estavam referidos. "Mas os documentos que recebemos da CI não trazem esses valores", insistiu Freire. "Se a CI diz que não tem conhecimento... isso não é problema meu", respondeu-lhe Pereira Silva, sorridente.

Ainda sobre a Global, JPS defendeu que, tendo em conta as vantagens a retirar do projecto da Murdeira (um porto, uma marina, estradas, que, uma vez construídos, passam para património público), pessoalmente, não se importava que os terrenos dessa parcela do Sal "fossem dados de graça, como se faz em muitos países". Mas que, em vez disso, o Estado procurou ter como paradigma as condições oferecidas à Santiago Golf Resort, projecto este que vem desde os anos 90. "Sabendo dessas condições, a expectativa da maior parte dos operadores é que lhes fossem facultadas as mesmas condições", explicou o declarante, mas tal não aconteceu, e o governo conseguiu elevar a fasquia para os restantes projectos, nomeadamente com preços mais altos para os terrenos. Estes, de 100 escudos o metro quadrado, passaram a ser cedidos a 200, 300 ou até mais escudos.

Durante a maratona de perguntas e respostas, que no fim deixou todo o mundo KO, em apenas dois momentos deu para sentir alguma tensão entre certos elementos

da CPI, nomeadamente Joana Rosa (MpD) e David Hopffer Almada (PAICV), ou entre a mesma Joana Rosa e João Pereira Silva. Um outro momento foi quando a presidente da CPI, Janine Lélis, teve de pedir ao advogado Amadeu Oliveira para parar de mandar bilhetes ao depoente.

No fim da audição, João Pereira Silva disse à imprensa esperar que as suas respostas tenham ajudado a esclarecer todas as dúvidas em torno deste imbróglio. "Se há mais dúvidas elas não foram colocadas aqui", afirmou, salientando que nisso tudo continua de consciência tranquila. "Já disse e reitero que não cometi nenhuma ilegalidade nem irregularidade neste processo", e que com esta celeuma "está-se a causar um prejuízo enorme a Cabo Verde".

Outra coisa tem Pereira Silva certeza, a de que uma audição pública era a que melhor lhe convinha: "Já se disse tanta coisa, já sofri tantos ataques publicamente, já houve tantas fugas dos processos metidos em tribunal, que uma audição pública era a que melhor me convinha, e também a que melhor convinha, suponho, à CPI e ao povo cabo-verdiano".

Além de Pereira Silva, A Semana apurou que passaram pela mesma CPI o ex-presidente da CI, Paulo Monteiro Jr., os autarcas Jorge Figueiredo (Sal), João Pinto Almeida (Boa Vista) e Isaura Gomes (S. Vicente), o advogado Geraldo Almeida, a directora geral do Ambiente, Ivone Lopes, a antiga técnica da CI Manuela Garcia, entre outros. De todos os depoimentos o de Monteiro foi o que mais o terá dado nas vistas. "A cada pergunta ele dizia que era professor universitário na Europa. Houve um momento em que chegou a dizer que não podia ser demitido porque era professor universitário. Foi a gargalhada geral. Ele também disse que o ministro apenas despachava com uma técnica da CI, esta foi chamada e desmentiu-o", revelou uma fonte.

As duas CPI têm até 21 de Junho para apresentar os respectivos relatórios. Note-se que enquanto a CPI do MpD tem como âmbito fiscalizar a gestão das ZDTI's e ZRPT's por este governo e a Cabo Verde Investimentos, a do PAICV, presidida por David Hopffer Almada, é mais abrangente: cobre essa mesma questão desde 1993, altura em que as ZDTI foram criadas, aos dias de hoje. Esta CPI, de acordo com uma fonte, vai ouvir os seus declarantes de 14 a 18 de Maio.

SDTIBM: Novo Arranque

Toda esta celeuma, recorde-se, arrastase desde o ano passado, quando estourou o escândalo em torno do contrato assinado entre a SDTIBM e a SLN, facto que acabou por ditar a demissão de João Pereira Silva do governo em Dezembro, e a ruptura do contrato entre as partes.

Em declarações à imprensa em Outubro, a agora presidente da CPI do MpD, Janine Lélis, explicou ser intenção do seu partido apurar os contornos do contrato entre a SDTIBM e a SLN para a tomada de medidas que se impõem "sobre esse negócio a todos os títulos escandaloso" e que o MpD iria avançar também com uma queixa-crime no Ministério Público, facto que aconteceu na mesma altura.

Entretanto, dados recolhidos por este jornal apontam para a retomada da SDTIBM, em novos moldes, conforme o já noticiado por A Semana. De acordo com uma fonte, o novo pacto social encontra-se já concluído, tendo merecido a anuência de todas as partes, nomeadamente o governo e as câmaras da Boa Vista e do Maio. João Serra, ex-ministro das Finanças, é tido como o próximo presidente do conselho de administração da SDTIBM, sociedade que pretende operar uma grande transformação naquelas duas ilhas.



Paulo Lima promete o culto da excelência

“Um Novo Sector Privado Para Novas Oportunidades – Continuação Rumo À Excelência” é o lema pelo qual o empresário Paulo Lima pretende guiar-se como presidente da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento (CCISS) caso, como tudo indica, venha a ser eleito para substituir Orlando Mascarenhas, presidente da CCISS desde a sua criação, em 1995.

Paulo Lima formaliza candidatura à presidência da CCISS

O actual vice-presidente, que é, até agora, o único candidato ao cargo, propõe, como principal missão, *“desenvolver actividades e parcerias que contribuam para a modernização e a capacitação do sector privado nacional, de modo a que este possa aproveitar as novas oportunidades que se apresentam ao país”*.

Outro ponto forte do programa de Paulo Lima é uma *“intervenção activa junto dos poderes públicos, apresentando propostas e sugestões que conduzam à melhoria do desempenho das empresas cabo-verdianas, tanto a nível nacional como internacional”*.

Estas são, em grandes linhas, as propostas com que o candidato se apresentará aos associados da CCISS que devem eleger os novos corpos directivos da instituição, na Assembleia Geral ordinária do próximo dia 11 de Maio, na cidade da Praia.

Tendo feito parte da equipa directiva da Câmara de Comércio de Sotavento nos

últimos dois anos, Paulo Lima surge como um candidato da continuidade, apostado em *“dar seguimento ao trabalho de consolidação institucional”* da CCISS e na *“capacitação”* do sector privado nacional.

“Nós achamos que esse é um dos principais desafios para os próximos tempos, tendo em conta o crescimento económico que Cabo Verde regista e que tende a acentuar-se no futuro, nomeadamente ao nível do sector do turismo”, perspectiva o candidato, ao mesmo tempo que defende empresariado nacional que *“tem que estar preparado”* para essa dinâmica.

Paulo Lima preconiza que esse esforço de capacitação deve favorecer não só as empresas que já existem como, também, todas as que forem aparecendo, sendo objectivo da sua equipa, *“caso seja eleita”*, como faz questão de sublinhar, *“estimular o surgimento de novos operadores económicos”* em Cabo Verde.

O candidato faz referência particular às

pequenas e médias empresas (PME), pois a elas está destinado um *“papel importante”* que, se bem orientado, terá *“um grande impacto”* no desenvolvimento e na consolidação da economia nacional.

A criação de um Centro Internacional de Negócios na cidade da Praia é outro projecto que a equipa concorrente à direcção da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Sotavento quer implementar, aproveitando as excelentes condições oferecidas pelas antigas instalações do aeroporto da Praia.

A pretensão já foi apresentada ao governo, e a possibilidade de cedência desse espaço à Câmara de Comércio está a ser analisada, mas Paulo Lima está convicto de que o processo será desbloqueado e o projecto implementado, *“a bem dos interesses da classe empresarial e da economia nacional”*.

O até agora único postulante ao cargo de presidente da CCISS tem ainda uma outra prioridade, a *“facilitação das relações entre as empresas e o sistema financeiro nacional”*, para um *“melhor acesso aos créditos e a outras fontes de financiamento”* disponíveis.

Continuar o diálogo público-privado, assente em parcerias que levem à *“integração de objectivos e recursos”* constitui, também, um eixo fundamental da futura gestão de Paulo Lima, para quem a CCISS deve trabalhar para a criação de um ambiente *“propiciador de benefícios”* para o sector produtivo.

Expandir os horizontes da Câmara de Comércio de Sotavento e dos seus associados levando-os a conhecer novos mundos num mundo necessariamente global é outra pedra de que a nova equipa que dando continuidade



O.M. passa o testemunho ao fim de 12 anos

ao trabalho que vem sendo desenvolvido há vários anos, segundo Paulo Lima, privilegiará as parcerias já existentes, com as congéneres das Canárias, Brasil, Portugal e França, entre outras.

O candidato que, mais do que consolidar as relações já existentes, diz que vai procurar criar relações novas com instituições e tecidos empresariais de outros países e espaços económicos elege a China como uma opção de futuro pelas oportunidades que essa parceria pode oferecer.

A lista candidata à direcção da CCISS, apesar da renovação, quer aproveitar todas as competências e capacidades disponíveis, daí integrar elementos que fizeram parte da equipa derrotada nas eleições de há dois anos.

Na lista de Paulo Lima destaca-se a presença de Alfredo Rodrigues, da Praiatur, como candidato a vice-presidente, Paulo Lima Veiga, representante da Cimentos de Cabo Verde e Carlos Gomes dos Anjos, da firma Manuel Gomes dos Anjos, para lugares de vogais.



Aspecto da Assembleia-geral de 2005

Santiago Golf Resort

- Fez-se luz na primeira urbanização do maior empreendimento turístico de sempre em Santiago -

O chefe do Governo premiou o botão e fez-se luz na primeira urbanização da Santiago Golf Resort. Um investimento de 750 milhões de euros que saltou do papel e começa a ganhar vida. Depois de construídas linhas de esgotos, água no lugar, espaços verdes delimitados e estradas, a electrificação dá luz verde para o arranque das primeiras 430 vivendas e apartamentos que nesta fase vão começar a crescer numa área que é superior ao Plateau da Praia.

Localizada mesmo no centro do resort, esta primeira urbanização vai ter um hotel de luxo de 50 quartos e é ladeada por uma área de golfe, com cerca de 200 hectares. O campo de golf (27 buracos) vai ser apoiado por um hotel de 200 quartos, destinado aos praticantes da modalidade e uma praia que vai ser recuperada com areia importada da Mauritània.

O conhecido profissional Nick Faldo é o autor do projecto do campo de golf que promete trazer até Cabo Verde vários amantes da modalidade. Segundo informações da administração da empresa, a construção destas infra-estruturas deve arrancar até ao fim do ano.

E porque os espaços comerciais também são necessários, junto ao golf vai nascer uma área de serviços que inclui uma policlínica, cinemas, centro desportivo, restaurantes, escritórios e supermercados. Num empreendimento destas dimensões o lazer não pode ficar esquecido. É assim numa segunda fase vai nascer uma zona oceânica, com marina, uma

praia recuperada e mais dois hotéis. Segundo os promotores, o projecto global da SGR estará concluído num prazo de cinco anos. Entretanto, segundo adianta Eugénio Inocêncio, já em 2009 devem estar concluídas as primeiras 400 moradias, o primeiro hotel e o campo de golf.

O empreendimento da Santiago Golf Resort tem dois accionistas, o Grupo Sacramento Campos, maioritário, e Eugénio Inocêncio. E empresas irlandesas e inglesas são parceiras nos projectos da área oceânica e da zona do golfe.

A Santiago Golf Resort é um projecto colossal que vai criar 3.750 postos de trabalho directos e outros tantos indirectos. No final do empreendimento irão surgir cerca de 2000 áreas residenciais, entre moradias e apartamentos, e quatro hotéis. São cerca de 600 hectares no total, preparados para albergar 8.500 pessoas.

Tido como o maior empreendimento turístico até agora aprovado para a ilha maior do arquipélago, o SGR apresenta-se como um motor do desenvolvimento da ilha de Santiago, especialmente da Cidade Velha. É o pronúncio de uma era que todos acreditam não estar muito longe, quando outros investimentos previstos para Santiago serão uma realidade e a ilha praticamente duplicará a sua população. No entanto, como se trata de avultados investimentos estrangeiros, é preciso garantir a salvaguarda dos direitos das populações que estão integradas na área onde vai nascer, praticamente, uma nova cidade.





PROJECTO DE MODERNIZAÇÃO DO PORTO DA PRAIA

Abertura de concurso da segunda fase

O projecto de modernização do Porto da Praia, financiado pelo MCA - Millennium Challenge Account - em 53 milhões de dólares americanos, prepara-se para entrar na sua segunda fase de estudos técnicos. Segundo Luís Silva, gestor do projecto do Porto da Praia, os estudos da primeira fase, a cargo do gabinete francês BCEOM, têm estado a decorrer conforme o programado e, na próxima segunda-feira, será divulgado o resultado do concurso internacional para escolha do gabinete que irá realizar os estudos da segunda fase, referentes à extensão do cais n.1 e ao parque de contentores.

Cerca de trinta empresas de todas as latitudes apresentaram a sua candidatura para a segunda fase, mas só dez foram escolhidas por uma comissão formada por técnicos da UG - MCA, MIT e ENAPOR, para integrarem uma short list. As propostas serão entregues até 7 de Maio e serão abertas no mesmo dia. *“O valor dos estudos da segunda fase vai depender da proposta seleccionada. De todo o modo, estamos a falar de uma cifra que pode situar-se entre um a dois milhões de dólares”*, esclarece Luís Silva.

Financiado pelo MCA, o projecto de modernização do Porto da Praia

engloba seis componentes: a construção de um terminal de carga, a reabilitação do cais n.2, a extensão do cais n.1, um novo acesso ao porto, um quebra-mar e um parque de contentores. Estas obras irão decorrer em duas etapas e foram definidas com base no master plan da ENAPOR para essa infra-estrutura portuária.

Desde 15 de Fevereiro que o gabinete francês BCEOM está no terreno a efectuar os estudos da primeira fase do projecto, nomeadamente os levantamentos topográficos, hidrográficos e geotécnicos. O trabalho abrange ainda outros ensaios

relativos ao impacto ambiental, ao estudo de mercado, aos projectos do terminal de carga, acesso rodoviário, quebra-mar e à reabilitação do cais n.2. De acordo com o cronograma, os projectos do terminal de carga e da estrada de acesso poderão estar prontos em Setembro, altura em que será iniciado o processo de concurso público internacional de empreitada.

As obras de modernização do Porto da Praia deverão ter o seu início em Março de 2008 estando a sua conclusão agendada para Setembro de 2010.

Kim-Zé Brito

Expropriados invadem pista do novo aeroporto

Os proprietários dos terrenos expropriados pelo Estado para ali construir o novo aeroporto da Boa Vista, que invadiram a pista no último sábado, 28, serão responsabilizados judicial e financeiramente pela ASA - Aeroportos e Segurança Aérea. Quem o diz é Mário Paixão, presidente do Conselho de Administração da ASA, que classificou a atitude dos ex-proprietários de gravíssimo.

A invasão da pista do novo aeroporto da Boa Vista terá sido a forma encontrada pelos proprietários dos terrenos expropriados para pressionar o governo a resolver a questão das indemnizações, numa altura em que um aparelho ATR 42 da Agência de Navegação Aérea para a África e Madagáscar (Asecna) iria fazer os primeiros testes na infra-estrutura. *“Essas pessoas, cerca de três dezenas, souberam que um aparelho iria aterrar no novo aeroporto por volta das 8h30 de sábado. Pensaram que a infra-estrutura iria ser inaugurada e decidiram impedir a aterragem, quebrando o cadeado de um portão de segurança e invadindo a pista”*, conta ao A Semana uma fonte da ilha.

Infelizmente para essas pessoas, tratava-se apenas de um avião laboratório que ia fazer os primeiros testes e a calibração do Sistema de Ajuda Visual à Aterragem (PAPI) e transportava apenas alguns especialistas e técnicos da ASA. E mais, na mesma ocasião, estaria no aeroporto o ministro Manuel Inocêncio Sousa, à frente de uma delegação que efectuava uma visita à ilha. *“O aeroporto foi encerrado de imediato e só voltou a abrir por volta das 10 horas da manhã, depois de uma negociação entre o MIT e um representante dos proprietários expropriados. Estes repetiram por diversas vezes que estavam a agir a mando do seu advogado, que teve uma intervenção directa nas negociações, via telemóvel”*, assegura a nossa fonte.

Para o presidente da CA da ASA, a atitude dos ex-proprietários



dos terrenos é gravíssimo porque violadora e atentatória contra a segurança do aeroporto. *“Essas pessoas invadiram a pista e obrigaram a ASA a fechar o aeroporto durante 1h30. Esta atitude, inédita em Cabo Verde, é condenável a todos os níveis e estamos decididos a responsabilizar essas pessoas judicialmente”*, indica Mário Paixão, lembrando que o atraso de 1h30 em relação à hora inicialmente prevista para a realização dos testes no aeroporto representa custos elevadíssimos, que terão de ser assumidos por estas pessoas.

Mas o custo desta atitude dos ex-proprietários dos terrenos não será apenas financeiro, como faz questão de realçar este responsável. É que está em jogo também, afirma, a imagem de Cabo Verde que, no entender de Mário Paixão, saiu seriamente beliscada com esse incidente. *«É preciso que as pessoas entendam*

que a ASA não tem nada a ver com o processo de expropriação dos terrenos e nem com o pagamento das indemnizações devidas. Esta é uma responsabilidade do Estado, pelo que a ASA via agir judicialmente contra essas pessoas por causa dos danos causados à Empresa de Segurança Aeroportuária e ao novo aeroporto da Boa Vista», atesta este responsável.

E este incidente não poderia ter acontecido em pior altura, no momento em que se dá os primeiros passos para a certificação da infra-estrutura aeroportuária. Entretanto, mesmo antes da inauguração do novo aeroporto os boavistenses já reivindicam a sua iluminação. Confrontado com este facto, Manuel Inocêncio Sousa garantiu que a iluminação do aeroporto dependerá da dinâmica do desenvolvimento turístico da ilha.

Constança de Pina

O tráfego de aeronaves, passageiros, cargas e correios nos aeroportos de Cabo Verde e sobrevoos na Fir Oceânica do Sal registou no primeiro trimestre de 2007 um ligeiro crescimento quando comparado com o período homólogo de 2006. Entre os diversos itens analisados, destacam-se os aeroportos e aeródromos, que registaram 8.618 movimentos de aeronaves, representando um crescimento positivo de 5,5%, mais 1,5 pontos que a média de crescimento previsto pela ASA.



Cresce o tráfego nos aeroportos e na Fir Oceânica do Sal

De acordo com a ASA - Aeroportos e Segurança Aérea, a maior parte dos movimentos de aeronaves concentrou-se no aeroporto do Sal com 3.854 e um peso de 44,7%, seguido da Praia com 1.907 (22,1%), Boa Vista com 1.068 (12,4%), São Vicente com 1.011 (11,7%), Fogo 348 (4%), São Nicolau 328 (3,8%) e Maio com 102 (1,2%). Números que reflectem um acréscimo do movimento nos aeroportos da Boa Vista de 30,2%, 11,8% no Fogo, 5,5% no Sal e 1,1% em São Vicente e uma queda significativa em São Nicolau. No ano de 2006 menos aviões aterraram e descolaram na Praia (-9,7%), contrariando a tendência que se desenhava em 2005 com a entrada em funcionamento do novo Aeroporto da Praia.

Relativamente aos passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito, Cabo Verde registou um crescimento de 5,9%, em comparação com o 1º trimestre de 2006. Este aumento, que estava dentro das previsões da ASA, representa um total de 354.131 passageiros. “Os dois aeroportos internacionais, Sal e Praia, que no actual contexto suportam o sistema denominado dual-gate registaram crescimentos positivos no tráfego internacional e doméstico. Sal registou um aumento espectacular de 36,6% no internacional, com 133.422 passageiros embarcados e desembarcados, mais 35.775 que no mesmo período de 2006”, revela o presidente do CA da ASA, Mário Paixão.

Este incremento de movimento, afirma esse de novas rotas para a Inglaterra e Escandinávia, operadas pela Astraeus, Tui Fly e Thompson Fly. “Esse tráfego foi ainda reforçado pela SATA (frequência semanal) e pela TAP (oito frequências semanais) para a ilha do Sal. Já a Praia embarcou e desembarcou 32.246 passageiros internacionais, representando um crescimento de 19,7%”, indica Paixão, que aproveita para lembrar que esses números não incluem os passageiros em trânsito.

E toda essa dinâmica, segundo o presidente da CA do ASA, teve um impacto positivo no tráfego doméstico nos dois aeroportos. Por exemplo, a ilha do Sal recebeu e escoou 61.637 para as outras ilhas (+17%), enquanto que a Praia carregou 48.727 (+7,6%).

Redução das cargas

Mas se houve crescimento de passageiros, em situação inversa está a carga aérea, que registou um decréscimo de -21,3%, em relação aos primeiros três meses do ano de 2006 em todos os aeroportos do país. As maiores baixas foram na Boa Vista (-67,0%), São Nicolau (-37,2%), Sal (-19,9%), Praia (-17,5%) e Fogo (17,1%). Este decréscimo do movimento de cargas teve reflexos negativos em todos os aeroportos.

Já a nível dos correios, tal como aconteceu em 2006, houve um crescimento de 16,8%, com variações positivas em

todos os aeroportos do país, exceptuando o Fogo (-25,1%) e a Praia (-4,4%). Em rota ascendente também está a Fir Oceânica do Sal que, neste 1º trimestre do ano, controlou 9.374 aeronaves, representando um crescimento de 7% em relação ao mesmo período de 2006. Este crescimento ficou, inclusive, dois pontos percentuais acima das previsões da ASA - Aeroportos e Segurança Aérea para 2007.

Sobre o crescimento do tráfego aeroportuário, Mário Paixão garante que este está em sintonia com o crescimento económico do país. “O contributo do turismo tem sido muito importante na dinamização das actividades do Aeroporto do Sal, mas também das outras ilhas. A chegada dos turistas ingleses e escandinavos, detentores de um bom poder de compra e ávidos de aventura, aumentou a actividade das viagens internas e os negócios de restauração, cultura, comércio, transportes e outros serviços afins”, assegura o presidente do CA da ASA.

Enquanto que o aeroporto da Praia dinamizou o sistema dos transportes aéreos e proporcionou níveis de maior conforto e alternativa aos cabo-verdianos e visitantes estrangeiros, o AIAC cresce como aeroporto de destino, graças ao turismo e à hotelaria. Sobre este particular, Mário Paixão lembra que a retirada da SAA, que durante muito tempo foi a segunda transportadora aérea dominante, atrás da TACV, foi compensada pela entrada em cena e reforço das actividades

de operadoras charters e regulares. Em jeito de exemplo, este responsável aponta os casos do Astraeus, Tui Fly, Thompson Fly, Neos, Livingston, TAP, SATA, Hamburg Internacional e Air Mediterranee.

“A companhia Cabo Verde Express, baseada no aeroporto do Sal e operando agora com três aeronaves, vem dando um grande contributo, a par da TACV, para os transportes inter-ilhas. Nos próximos anos, os aeroportos da Boa Vista e São Vicente poderão crescer rapidamente em dependência dos investimentos preconizados”, assegura Mário Paixão, lembrando que o crescimento do ADP está fortemente atrelado ao tráfego regular/ético, serviço pela TACV e Air Senegal, e condicionado pelo elevado custo dos transportes e não padronização do produto turístico santiaguense.

Constância de Pina

Movimento de Carga		
Aeroporto	Carga (ton.)	Variação
Sal	485.945 ton	-19,9%
Praia	349.017 ton	-17,5%
S. Vicente	88.096 ton	-11,8%
Boavista	11.867 ton	-67,0%
Fogo	12.183 ton	-17,1%
S. Nicolau	1.926 ton	-37,2%
Maio	4.712 ton	-3,9%

Um milhão de turistas/ano

Os resultados do tráfego no primeiro trimestre de 2006 são satisfatórios e, nos próximos anos, Cabo Verde pode chegar a um milhão de turistas por ano. Mas para isso, alerta o presidente da CA da ASA, a oferta hoteleira e a capacidade de acolhimento terá de aumentar muito mais e terá de haver uma gestão muito criteriosa dos recursos humanos materiais e financeiros exigida pelos elevados custos de

manutenção e funcionamento dos aeroportos. O reforço da capacidade de planificação e previsão do futuro terá de ser cada vez mais aprimorada.

Para atingir o objectivo de chegar a um milhão de turistas por ano, conforme perspectivam as autoridades do sector, Cabo Verde terá de quintuplicar as entradas de estrangeiros e balancear os investimentos na indústria imobiliária

e hoteleira, conforme diz o Presidente da ASA.

“Uma opção excessivamente centrada na imobiliária penalizará Cabo Verde a longo prazo. A visão da ASA está focalizada num desenvolvimento turístico baseado na indústria hoteleira, capaz de gerar maior rotação de pessoas e economias de escala, para além de infra-estruturas e serviços de alto standard”, arremata o PCA da ASA.

Operação da PJ na Ilha d'Madeira

Arguido processa agentes da PJ

A operação desencadeada pela PJ na Ilha d'Madeira, para a captura de um alegado fugitivo, deu origem a uma queixa-crime contra dois agentes da Judiciária. O arguido, cuja detenção foi legalizada pelo Tribunal de São Vicente no dia 20 de Abril, acusa os policiais de ofensas corporais e de danos à porta da sua residência.

Além do mais, a defesa do jovem detido considera que a intervenção policial e a própria legalização da prisão decretada pelo Tribunal de São Vicente estão feridas de ilegalidades. Dois dos pontos criticados pelo jurista Pedro Rogério Delgado são a hora em que terá decorrido o assalto dos agentes da PJ, ou seja, por volta das seis da manhã, e a suposta ausência de um representante do Ministério Público para testemunhar a operação.

Segundo Rogério Delgado, o mandato judicial estipulou que a busca policial deveria ser efectuada entre as sete e as dezanove horas, visando recuperar eventuais produtos de recepção de roubos.

Durante a operação, a PJ encontrou alguns objectos em casa do suspeito e uma pequena quantidade de "erva". Presente a Tribunal, o arguido ficou a aguardar julgamento sob prisão preventiva.

Segundo informações adicionais, o arguido chegou a faltar a uma leitura de sentença, em que foi condenado a pena de multa, e, eventualmente, a uma audiência de julgamento.

Para o advogado de defesa, a Judiciária não recolheu elementos suficientes que possam provar a prática dos crimes de recepção ou de tráfico. Assim sendo, enviou ao STJ um pedido de "habeas corpus", no dia 30 de Abril, a solicitar a soltura imediata do seu constituínte, que está detido na cadeia de Ribeirinha desde o dia 20 de Abril.

Abordado sobre este assunto, o inspector Natal Prado sublinha que é função de um advogado fazer diligências no sentido de defender o seu constituínte. Mas isso, como sublinha, não significa que tenha a razão do seu lado.



CONSELHO DE MINISTROS PARA ECONOMIA NO MINDELO

Desbloquear e acelerar investimentos para São Vicente

O governo decidiu tocar para frente uma série de projectos que devem acelerar o sector do turismo e da imobiliária em S. Vicente. A lista é apreciável e os montantes em jogo para lá de avultados. Pelo meio estão também algumas decisões que podem colidir com a Câmara de Isaura Gomes, acusada que tem sido de ter vendido terrenos que são propriedade do Estado.

A ilha de S. Vicente vai receber nos próximos oito anos pouco mais de 4 mil milhões de euros de investimento, estima a Cabo Verde Investimentos. Estes dados foram ontem revelados pelo ministro da Economia, José Brito, durante a reunião do Conselho de Ministros Especializado para Assuntos Económicos, Inovação e Competividade, que hoje termina na Cidade do Mindelo.

Falando também sobre o mesmo assunto, o primeiro-ministro fez saber que há um conjunto de projectos estruturantes no domínio do turismo e da imobiliária, mas também falou do aeroporto e do sector da "economia marítima" (Interbase, Cabnave, Enapor, entre outros). A grande ambição, diz José Maria Neves, é "transformar S. Vicente numa ilha dinâmica e competitiva", de forma a que a mesma venha a ser "um dos principais motores do desenvolvimento de Cabo Verde" na actual fase do desenvolvimento do país.

Esta jornada visa, segundo a porta-voz do governo, Cristina Fontes, acelerar o desbloqueamento dos projectos de investimento em carteira para S. Vicente. Ontem foi assinada a convenção de estabelecimento entre o Governo

e a Baía Investimentos, precisamente um dos seis projectos identificados para este "ressurgimento" da ilha do Montecara.

No entanto, o desenvolvimento de São Vicente, recorda-se, é motivo de atrito entre a Câmara Municipal de São Vicente e o Governo, que disputam a propriedade de alguns dos terrenos onde uma série de projectos imobiliários vão ser erguidos. Exactamente por isso, aguardam-se algumas medidas deste CM desconcentrado e que podem passar pelo alargamento, da ZDTI de Salamansa de modo a integrar os terrenos que já foram vendidos pela edilidade, em Salamansa está o projecto da FM "Salamansa Sands".

A ideia, segundo apurou este jornal, é levar os operadores em causa a negociar directamente com o Governo em vez da CMSV, até porque é entendimento de sectores do Palácio da Várzea que, sendo viáveis, tudo deve ser feito para que os empreendimentos sejam viabilizados, independentemente de a CMSV ter ou não competência para negociar os referidos terrenos.

"Aos operadores interessa-lhes, sobretudo, realizar os seus projectos, sendo certo que terão de negociar com o governo, que é a entidade competente nesta matéria", explicou uma fonte autorizada. "Cabe ao governo analisar os projectos, e se forem de interesse nacional, negocia-se directamente com os operadores. Esta não é uma competência da CMSV, até porque há compromissos assumidos que são de da competência exclusiva do Estado. E pelo Estado responde o Governo e não a CMSV". Ou

seja, para o Palácio da Várzea, a apresentação pública, meses atrás, dos projectos turísticos e imobiliários feitos por Isaura Gomes, "não passou de um 'show off', sem sustentação jurídica".

De acordo com números da CI, há actualmente para S. Vicente 10 grandes projectos, dos mais diversos proponentes, entre eles operadores britânicos, irlandeses e do Dubai, que estão a ter o devido encaminhamento. Tais projectos abrangem uma área de 2783 mil hectares, que totalizam 4,7 mil milhões de euros de investimento, sendo que uma parte desse dinheiro reverte-se-á a favor da CMSV. Aliás o valor, que a Câmara alegadamente, receberia do governo, como contrapartida à venda dos terrenos, será alegadamente superior àquele que a mesma câmara conseguiria nos termos dos acordos por ela firmados com esses mesmos operadores. E como esses projectos, caso sejam concretizados, poderão gerar acima de 13 mil empregos numa ilha que tem um dos índices mais altos de desemprego de Cabo Verde, o governo garante que tudo vai fazer para manter esses projectos na ilha do Porto Grande.

Hoje, sexta-feira, a par da reunião com os serviços desconcentrados e instituições públicas de São Vicente, os governantes de Cabo Verde agendaram visitas às obras do Aeroporto de São Pedro, Palácio da Justiça, Enapor e Porto Grande. Antes do término do dia, por volta das 17 horas, o PM inaugura a estrada do Norte da Baía, outra obra considerada estruturante para São Vicente, agora que o turismo desponha com força.

Cabo Verde presente no Parlamento Pan-africano

A problemática da emigração clandestina e do movimento do narcotráfico será uma das questões a serem levantadas pela delegação cabo-verdiana durante a sessão do Parlamento Pan-africano, prevista para acontecer entre 7 e 18 de Maio, em Joanesburgo, África do Sul. Este órgão representativo dos países-membros da União Africana deverá ainda debater várias outras matérias de interesse, com destaque para os conflitos que assolam o continente negro.

Cabo Verde estará representado por cinco deputados na sessão do Parlamento Pan-africano, que decorrerá de 7 a 18 de Maio próximo, em Midrand, Joanesburgo. A missão integra os eleitos Hermes

Santos, José Manuel Sanches, Eva Ortet (PAICV), João Medina e Orlanda Ferreira (MpD).

Hermes Santos avança que, embora a participação dos deputados seja de forma individual, a emigração clandestina associada ao movimento do narcotráfico que tem afectado o continente e Cabo Verde, em particular, será uma das questões a serem levantadas, durante os trabalhos, pela delegação cabo-verdiana. Isto sem contar com a problemática do meio ambiente em África – clima, poluição e zonas verdes –, um dos pontos na agenda da reunião.

A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), a paz e a segurança no continente,

a situação de conflito reinante em Darfur (Sudão), Região dos Grandes Lagos, Chade, Somália e Costa do Marfim são questões recorrentes nas sessões do Parlamento Pan-africano, mas nem por isso menos actuais e candentes. Daí demandarem também a atenção dos deputados da União Africana que deverão necessariamente propor novas formas de responder aos desafios que também se renovam.

Paralelamente aos trabalhos das diferentes comissões especializadas, esta sessão do Parlamento Pan-africano deverá analisar aspectos relacionados com a união dos governos do continente negro. A reunião termina no dia 18.

CCSL preocupada com redução do poder de compra

A CCSL (Confederação cabo-verdiana dos Sindicatos Livres) está preocupada com a redução do poder de compra dos trabalhadores, pois para aquela central sindical, o 1º de Maio “foi comemorado sob o signo da degradação acentuada das relações de trabalho no país, com destaque para a redução do poder de compra dos trabalhadores”.



“A violação reiterada dos Acordos do Conselho de Concertação Social por parte do Governo e as restrições dos direitos dos trabalhadores da Administração Pública” foram alguns dos problemas apontados por José Manuel Vaz, secretário-geral da CCSL, que falou em conferência de imprensa no Dia do Trabalhador.

A CCSL considera “uma hostilidade” o facto do Governo ter imposto um

reajuste salarial de apenas 1% ou de 2% e “logo de seguida, ter aumentado os bens de primeira necessidade”. A saúde, salientou Vaz, é um dos serviços que encaixa neste mês de Maio, prejudicando as famílias.

A situação da TACV é também preocupante para a CCSL, uma vez que “o Governo tem a perspectiva de despedir mais de 70 trabalhadores”. Também os casos dos trabalhadores da ex-EMPA, da

ex-Justino Lopes e da ex-INFA, que estão a exigir do executivo as indemnizações devidas, são outros casos considerados como “autênticos escândalos” pela central sindical. O secretário-geral da CCSL chamou ainda a atenção para situação dos trabalhadores da Enapor, que correm o risco de despedimento e da retirada de alguns direitos adquiridos da Função Pública, como o aumento do limite da idade de reforma de 65 para 70 anos.

Na perspectiva da CCSL, perante estes cenários e tendo em conta a “alta taxa de desemprego”, “o primeiro-ministro e o ministro das Infra-estruturas, que tutela os TACV, deveriam ser despedidos do Governo, para sentirem e experimentarem na pele como é dura e difícil a vida de uma pessoa desempregada” em Cabo Verde.

UNTC-CS quer fixar salário mínimo nacional



Uma das principais reivindicações da UNTC-CS (União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde) na passagem de mais um 1º de Maio, dia do Trabalhador, é o estabelecimento de um salário mínimo nacional. A central sindical ainda não definiu o montante mas quer acabar com “a disparidade grave de salários em Cabo Verde”.

Júlio Ascensão Silva, secretário-geral da UNTC-CS, sublinhou que “já se esboça um consenso ao nível da comissão técnica, composta por trabalhadores, empregadores e governo, que está a trabalhar no novo código laboral”. Aliás, esta é a pedra de toque do 1 de Maio, pois para o sindicalista, é urgente acelerar o processo de aprovação da lei do trabalho, que está a ser “extremamente lento”.

O funcionamento deficiente dos tribunais do trabalho é outro problema grave para Ascensão Silva. “Só existe um juízo na Praia, que é muito moroso, e estas instituições também têm que ser criadas nas ilhas mais desenvolvidas, nomeadamente no Sal e em São Vicente”, afirmou.

A Central Sindical também quer

que o governo melhore as condições da Direcção-Geral do Trabalho e Inspeção do Trabalho, dando a estes dois organismos governamentais que lidam com o mundo laboral mais meios técnicos, humanos e materiais, para que cumpram o seu papel com mais celeridade.

A Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMC) também é uma das visadas nas críticas da UNTC-CS. É que, segundo Silva, o governo já mandou a proposta de lei relativa à integração dos funcionários municipais no INPS à ANMC para que desse o seu parecer, mas aquela instituição ainda não se pronunciou.

O secretário-geral da UNTC-CS falou ainda da “discriminação reinante no país, em matéria de instalações”, que o governo tem que fornecer aos sindicatos e do abuso da requisição civil por parte do executivo que tem utilizado esse “mecanismo extremo” por sufocar as greves dos trabalhadores em Cabo Verde. Outras das reivindicações do 1 de Maio é a redução da carga fiscal e da idade da reforma dos marítimos.

Prainha deformada

O bar-esplanada da Prainha, conhecido por "Pára Li", que poderia ser usado pelos muitos praienses e turistas que o frequentam, não está a cumprir a sua vocação, servindo apenas, no momento, para guardar as mercadorias dos vendedores ambulantes da costa africana que vendem pela ruas artesanato aos turistas, na rua.

O espaço está concessionado ao russo Sergey Galenkov, que em tempos explorou o bar sem muito sucesso. Agora, quando se pergunta aos frequentadores da Prainha quem é o dono do espaço, ninguém sabe responder.

Há muito que o local se encontra abandonado, embora, segundo apurou **A Semana**, há uns meses, um sócio do Sergey Galenkov, também de nacionalidade russa, tenha tentado, reabrir o bar. O capitão dos portos de Sotavento, João Carvalho de Deus, diz que nessa altura o russo lhe pediu uma declaração para levar à Câmara, pois queria conseguir a autorização para explorar o local. Só que depois ter-lhe-á dito que estava a ter dificuldades em pôr o bar a funcionar porque a CMP pede uma quantia muito alta pelo alvará.

A situação está pendente porque Sergey Galenkov, que tem a concessão do bar desde 1998, não pagou o último alvará, daí o espaço não poder ser passado para o sócio. E assim João Carvalho de Deus faz questão de sublinhar que a capitania nada tem a ver com o funcionamento do lugar, pois a esse organismo ligado ao Ministério das Infra-estruturas, Transportes e Mar só cabe velar pela orla marítima. "A decisão de manter o bar aberto ou não é do dono", reiterou. Realçou, contudo, que a abertura do local só lhes traria vantagens, porque assim a praia estaria vigiada sem ser preciso pagar a guardas. Os próprios donos do bar poderiam pela sua presença não só denunciar como inibir de todo o roubo de areia.

A Câmara Municipal da Praia, também diz que nada tem a fazer, pois cabe-lhe dar a licença comercial, não havendo nenhuma lei que obrigue o dono a manter o bar aberto. Mas, se o russo não pagou o último alvará, porquê continua lá, usando uma das praias mais frequentadas do país como armazém de estatuetas e quadros dos comerciantes ambulantes? Questiona um munícipe que procura uma resposta para aquele monstro que continua lá plantado na areia da Prainha. Sim, inútil há mais de dois anos, só faz é tirar espaço a uma Praia em si diminuta. Porque é que a Praia trata tão mal as suas praias - é a pergunta que fica, para quem de direito responder.

"A capitania dos Portos, a Câmara Municipal da Praia, ou outra entidade qualquer, alguém tem de fazer qualquer coisa para devolver dignidade à Prainha, dando-a de um local que efectivamente responde às necessidades das dezenas de pessoas (homens, mulheres e crianças) que têm na Prainha a sua praia de eleição", desabafa um munícipe. Entretanto, a culpa vai passando de mão em mão e a autoridade? Está órfã: não tem nem pai nem mãe.

Assim, com o seu mar calmo que faz com que muitas famílias a prefiram para levar as crianças e onde muitos vão dar um mergulho matinal para manter a forma ou por indicação médica, a Prainha continua sem um ponto de apoio para a compra de uma bebida ou alimento. Algo que faz falta àquela zona, que é uma das mais procuradas da capital, seja por turistas seja por residentes, devido ao fácil acesso e à proximidade dos hotéis Praia Mar e Pestana Trópico.

A propósito, perguntam muitos praienses, quando é que a estrutura de cimento que se apossou de umas das vistas mais bonitas do litoral praiense vai ser concluída? Em construção há mais de 3 anos, esse espaço que em princípio deveri ser uma esplanada não ata nem desata. E pelos vistos a sua Construção foi interrompida há meses. Afinal, com coisas dessas fica difícil a Praia ser a menina do Mar, a paixão atlântica. MVB



Estrada Praia- Assomada com três trechos danificados

A estrada Praia-Assomada tem pouco mais de um ano mas já tem três trechos esburacados e sem pavimento. A situação, que afecta a ligação ao município de São Domingos, a subida dos Picos e a chegada à cidade de Assomada, dura há três meses e causa grandes transtornos aos condutores, sobretudo aos "hiacistas" que fazem cerca de quatro viagens por dia naquele trajeto.

Conforme **A Semana** apurou junto a um grupo de motoristas que fazem todos os dias o trajeto Praia-Assomada, a situação coloca sérios riscos de acidente, sobretudo na subida dos Picos, que está actualmente a funcionar com uma única via para dois sentidos. O "hiacista" Paulo Furtado, de 50 anos, sublinhou que "além do risco de batida entre as Hiacas, os pneus derrapam e as viaturas podem capotar". Já Armindo Gomes, de 47 anos, está indignado com a situação da estrada, pois segundo afirma, "já houve alguns acidentes leves no trecho à entrada de Assomada, mas será que é preciso morrer alguém para repararem a estrada?" Armando Gomes, que "entre seguro e contribuição paga cerca de 230 contos" quer agora saber "onde vai esse dinheiro". "É o meu ganha-pão e faço esse trajeto quatro vezes ao dia" reitera, incorfomado.

Contactado por **A Semana**, o administrador executivo do Instituto de Estradas (IE), Arlindo do Rosário, disse que

aquela instituição gere a manutenção das estradas e, desde Outubro de 2005, contratou os serviços da Engeobra. À empresa privada cabe limpar e tapar os buracos existentes naquela estrada e ainda tirar as britas, que caem dos caminhões que transportam material para construção. O responsável do IE afirmou ainda que depois da inauguração houve alguns problemas de assentamento na estrada mas a empresa responsável pela execução da obra responsabilizou-se pela reparação. Acontece que apareceram ondulações no pavimento provocadas pela infiltração de água proveniente da tubagem existente à entrada de Assomada, mas Rosário adiantou que a Direcção Geral das Infraestruturas é que é a responsável pela gestão dessas obras.

O administrador do IE sublinhou ainda que um dos motivos pelo atraso da reparação daqueles trechos é a falta de uma central para produção de betuminoso. "Este equipamento é indispensável para a reparação das estradas e para refazer o pavimento e a camada de desgaste. Porém, é extremamente caro e pesado e não há muitos disponíveis em Cabo Verde", lamentou Rosário.

O director-geral das Infraestruturas, Carlos Dias, afirmou que "existem algumas anomalias no pavimento da estrada que liga a Cidade da Praia à Assomada", mas garantiu que a reparação será feita

a partir de hoje sexta-feira até domingo, pela Somague/CVC. "A estrada está no período de garantia, e a partir da identificação dessas anomalias elas devem ser reparadas. O tapete foi cortado, mas neste preciso momento já está decorrer a recolocação do pavimento", anunciou Carlos Dias.

Questionado sobre a falta de equipamento adequado, o director-geral disse que a central para produção de betuminoso pertence à empresa portuguesa Monte Adriano, foi testada no início desta semana e está em boas condições para reparar a estrada.

Quanto à fiscalização da obra, Carlos Dias garantiu que a certificação foi feita pela empresa Pengest, mas **A Semana** sabe que, para além da tubagem existente debaixo do pavimento, pessoas oriundas de São Domingos, São Salvador do Mundo (Picos) e Santa Catarina estão a retirar as britas que servem de apoio ao pavimento, danificando assim a estrada. O grande desgaste do pavimento é também provocado pelo transporte inadequado de materiais de construção - varões de ferro, vergaduras, materiais granulados - e pelo derramamento de gasóleo. Para o director-geral das Infraestruturas, é necessário acelerar a Lei do Estatuto das Estradas para penalizar aqueles que contibuem para a danificação das vias públicas Líliã Mesquita

– Requalificação da Praia Negra e falésia de Lém-Ferreira –

Investidores nacionais e estrangeiros na corrida

Há muito que a Praia Negra e a falésia de Lém-Ferreira aguardam obras de intervenção e requalificação urbanística que vão imprimir a toda àquela zona uma nova imagem estética, paisagística e urbanística, não só voltada para o turismo como para o parque habitacional. É que os aspectos ambientais têm de ser equacionados, assim como o equilíbrio urbanístico da paisagem envolvente, uma vez que se trata de uma zona ribeirinha, uma grande janela voltada para o oceano atlântico.

Para já, não passam de projectos que estão a ser analisados

e ponderados ao pormenor mas, segundo Felisberto Vieira, presidente da Câmara Municipal da Praia, existem três iniciativas concretas de promotores privados em análise além de uma proposta de um grupo português. Este último pretende requalificar de toda a zona da falésia à entrada de Lém-Ferreira, e também quer construir uma marina e outras áreas para a prática de actividades náuticas. Vieira considera-o um projecto muito interessante, mas não quis avançar mais dados.

"A disponibilidade dos promotores é imediata, nós temos inclusive recebido alguma pressão

porque eles querem arrancar já. O IFH propõe onze pisos para aquela zona, a Editur propõe duas torres e a Tecniciil uma. Portanto, já há uma análise técnica preliminar do gabinete permanente da gestão do urbanismo. Agora vamos fazer uma análise global para ver a geometria, os aspectos ambientais, urbanísticos e arquitectónicos. Só assim, podemos orientar a equipa técnica no sentido de, com os promotores, avançarmos com o projecto de requalificação. Contamos, entre Abril e até à primeira quinzena de Maio ter toda a decisão política com base nas propostas de ar-

gumentação técnica dos nossos arquitectos e urbanistas", refere o autarca da Praia.

Para já, a CMP não adianta muito mais. Mas, tendo em conta a densidade das propostas e a exiguidade do espaço, o que se espera da requalificação de toda a área é uma solução que seja ambientalmente satisfatória. Não só do ponto de vista paisagístico, já que se trata de uma área voltada de frente para o Atlântico e, logo, tem de estar em consonância com o equilíbrio arquitectónico e urbanístico, sem esquecer o que é melhor para a população local. Gisela Coelho



DESSALINIZAÇÃO EM PORTO NOVO

Projecto Águas do Porto Novo desencana

Ultrapassados os constrangimentos que paralisaram o projecto de dessalinização de água em Porto Novo, a empresa Águas do Porto Novo (APN) já retomou os trabalhos. O representante da Câmara Municipal no Conselho de Administração da empresa, Cláudio Santos, garante que a inauguração deverá acontecer em Setembro, por altura de mais um aniversário da criação da cidade do Porto Novo, apesar da produção começar muito antes.

Segundo Cláudio Santos, este é um projecto que resulta de um protocolo entre a Câmara e o governo, rubricado no dia 28 de Novembro de 2004, que teve como base insistentes pedidos da população para a que queria ver resolvido o problema do abastecimento de água na então vila. “Desde 2001 que se vinha fazendo investimentos na rede. Graças a este trabalho, hoje o município possui uma cobertura em ligações domiciliárias de quase 80%. O problema é que temos água em quantidade, mas não temos qualidade”, indica Cláudio Santos.

É que, de acordo com este responsável, a água do Porto Novo é pesada porque possui um número considerável de minerais, resultado da geologia do município. “A água do Porto Novo apresenta alguns elementos na sua constituição, entre os quais

sais minerais, em quantidade superior aos valores recomendados, por exemplo, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Por causa disso há quem defenda que essa água é prejudicial para a saúde, embora não existam dados científicos a confirmar esta tese”, explica.

Foi com o pressuposto de conferir qualidade a água desta região que a 1 de Julho de 2001 foi constituída a APN (Águas de Porto Novo), uma sociedade com um capital social de 44 mil contos, subscrito por Água de Ponta Preta (80%), Governo (10%) e Câmara Municipal (10%). Esta sociedade operará na modalidade BOT (Build Operate Transfer) e surge na sequência daquilo que tem sido a postura do governo – CMPN também subscreve esta posição – em termos de parceria público/privado. Penso que está é a melhor forma para encontrar soluções para a infra-estruturação do país”.

As obras, que eram para ser realizadas em nove meses, conheceram um grande atraso, provocado essencialmente pela demora do Estado de Cabo Verde em fornecer as garantias necessárias para suportar os financiamentos conseguidos pela APN. “Estamos a falar de um investimento de 250 mil contos. A APN recorreu a um financiamento, que veio de La Caixa de Pensiones

de Catalunha, Espanha. O Estado de Cabo Verde, através do MF, emitiu uma garantia do Tesouro que ultrapassa os 226 mil contos”, enumera.

Em termos de capacidade, a APN consegue produzir diariamente mil metros cúbicos/dia de boa qualidade. A empresa possui ainda uma autonomia energética de 400 KW e a captação da água do mar, que será dessalinizada, será feita através de dois furos com 20 metros de profundidade, localizados na Praia do Abufadouro. Estes dois furos têm uma capacidade de bombagem de 64 m3 de água/hora. “A nossa expectativa é que o projecto seja inaugurado por altura do 3º aniversário do Porto Novo Cidade, a 2 Setembro. Mas acreditamos que vamos começar a produzir água dessalinizada ainda antes. É importante realçar que o PN passará a dispor de água de qualidade”.

Quanto à água actualmente em uso na cidade do Porto Novo, originária dos furos de Fonte de Meio, afirma Cláudio Santos, continuará a ser utilizada para a agricultura, criação de gado, mas também poderá ser direccionada para a futura zona industrial do município. Por resolver fica, entretanto, a questão das tarifas a serem aplicadas. É que, até agora, os consumidores pagam uma taxa simbólica, que varia conforme o escalão de

consumo. Este valor, diz, suporta no essencial os custos do bombeio da água.

Com a entrada em funcionamento desta empresa e o início da produção de água dessalinizada, a tarifa terá de ser actualizada em função dos custos. É que a empresa, enquanto entidade privada, terá de pensar na amortização do investimento, manutenção de equipamentos, consumo de combustíveis, de entre outros custos. “AAPN já fez uma estimativa de custos, que entretanto poderá conhecer uma redução se estivermos ligados à rede da Electra. Os primeiros contactos nesse sentido já foram feitos e existe essa possibilidade. Mas, cabe a APN e à ARE estipularem o preço da água nas torneiras”.

E é este pormenor, o preço final da água, que está a inquietar a Câmara Municipal do Porto Novo, tendo em conta a débil situação económica da cidade. A expectativa da autarquia é que haja um escalonamento dos preços, em função do consumo. “Pelos dados que temos, o preço da água conhecerá um aumento, dos 5,5 vezes mais o valor actual pago pelos consumidores. Estamos a falar de um grupo privado, que terá de rentabilizar o investimento, mas o Estado de Cabo Verde terá de subsidiar pelo menos até 5m³. Caso contrário, teremos uma situação muito mais complicada”, arremata. **Constança de Pina**

Ribeira das Patas quer ser vila

Os cerca de cinco mil habitantes da Ribeira das Patas, concelho de Porto Novo, reivindicam a elevação desta povoação à categoria de vila. Uma comissão dinamizadora criada para o efeito está neste momento a negociar com os deputados de Santo Antão, autoridades municipais e governamentais, tal possibilidade.

Depois do Porto Novo ser elevado, no ano passado, à categoria de Cidade, este maior concelho de Santo Antão poderá vir a ter uma nova Vila. Trata-se da povoação da Ribeira das Patas, onde os cerca de cinco mil residentes já criaram uma Comissão Dinamizadora para a Elevação desta povoação à categoria de Vila.

A CDERPCV, como abreviadamente se designa, é constituída por oito membros e tem Manuel dos Reis Ramos como presidente. Paulo Guilherme, seu porta-voz, assegura que a comissão já reuniu com os deputados de Santo Antão e autoridades municipais no sentido de obter apoios para a implementação de tal

projecto. “Nos dias 27 e 30 de Abril último reunimos com os deputados do PAICV e do MpD, respectivamente. Estes três eleitos da nação garantiram que, a nível do governo e da Assembleia Nacional, tudo farão para que a nossa proposta possa avançar”.

Paulo Guilherme anuncia que, por ocasião da festa de São João Baptista, a CDERPCV realizará, no dia 22 de Junho, um fórum sobre Ribeira das Patas que incluirá um debate à volta de vários aspectos relacionados com a história e as potencialidades desta localidade, que é, depois da cidade do Porto Novo, considerada como sendo a mais populosa do concelho.

A mesma fonte assegura que, na perspectiva de se elevar a referida zona à categoria de Vila, a comissão já fez um levantamento das várias necessidades locais, em infra-estruturas e na implantação dos serviços indispensáveis, municipais e desconcentrados do Estado: uma Unidade Sanitária de Base, uma Esquadra ou

Posto Policial, a Agência Municipal. Reforçar a capacidade da Electra, nomeadamente no tocante à rede da iluminação pública, e urbanizar povoação, mediante o desbloqueamento de terrenos para habitação, que são do domínio privado, e um Liceu, que ficará concluído em Junho deste ano.

O funcionário aposentado João Leite foi o primeiro a defender, em 1984, a elevação da Ribeira das Patas à categoria de “Vila Nova de Boa Esperança”. O retomar agora desta ideia visa, conforme as nossas fontes, melhorar as condições de vida dos cerca de cinco mil habitantes desta localidade que, até à independência nacional, chegou a funcionar como a sede da freguesia de São João Baptista. Ribeira das Patas, terra onde o falecido escritor Manuel Lopes residiu durante alguns anos, dista aproximadamente 20 quilómetros da cidade do Porto Novo, aproximadamente.



Praia em festa pelos seus 149 anos

A Cidade da Praia está de parabéns, celebrou no domingo, 29, os seus 149 anos. Até dia 19 de Maio, dia do Município da Praia, a capital do país vai estar em festa quase durante um mês. A Semana Cultural “Riba Praia”, a feira de gastronomia e artesanato, a 15ª edição do Festival Internacional da Gamboa (ver texto), homenagens aos municípes, palestras e exposições enformam o cardápio rico e diversificado onde não faltam as sempre pomposas inaugurações.

A 11 de Maio arranca o “Riba Praia”, que segundo o edil Felisberto Vieira, “vai pôr o Plateau em movimento além de divulgar os novos talentos da capital”. Durante cinco dias a rua Andrade Corvo estará fechada ao trânsito para dar lugar a todos os sons, sabores e saburas. E começa a partir das 18h30 com uma batucada. Entre as 20h30 e a meia-noite, os concertos de Tcheka e Isa Pereira vão

animar a noite praiense.

Para o dia 12 de Maio está agendada uma animação jovem com os artistas nacionais Djodje, Vadú, Dany, Djingo, Kady, Hugo, Eder, Tó Alves, Samira e o grupo Black Stone. A 13 de Maio, a partir das 20 horas, o espaço é reservado para a música tradicional. Serão reis e rainhas o violino de Lela Violão, Djick, Betina Lopes, Maria de Sousa e Edna. O encerramento do “Riba Praia”, dia 16, está a cargo de Mário Lúcio, que terá como convidados Albertino, Tété Alinho e Princesito.

A Feira de Gastronomia e Artesanato vai mostrar Cabo Verde, mas também divulgar outras culturas. Cada dia é consagrado a um país diferente: 13 de Maio é dia do Brasil, 14 é do Senegal, 15 dedicado à Guiné-Bissau para no dia 16 todos poderem provar um pouco de Angola, São Tomé e Príncipe e Gana.

Os mais “pikinotes” também têm diver-

são garantida no espaço “Brincolândia”, com insufláveis e jogos de lazer sobre segurança rodoviária. No dia 12 de Maio, a partir das 17h30, o grupo internacional de palhaços “Feijão e Nabitças” vai animar a tarde das crianças, no Cinema da Praia.

A partir do dia 11 está patente no Palácio da Cultura uma exposição de pintura “Réplica e rebeldia”, iniciativa que conta com o apoio do Centro Cultural Português. Para dia 14 está reservado um concerto de música sacra no convento de São Francisco, na Cidade Velha, no mesmo dia em que é lançado oficialmente o “Music Cabo Verde” – Festival de Batuku.

As ruas da cidade por esses dias vão estar animadas, um palco móvel vai garantir música e dança. Amanhã, 5, é a vez do Palmarejo, Terra Branca e Achada Santo António e domingo a agitação passa por São Francisco e Achada Grande.

Amanhã realiza-se também o torneio

de Andebol e o torneio inter-bairros. O desporto, elemento sempre em destaque nas festas, continua no dia 18 de Maio com a realização do Torneio quadrangular Internacional de Veteranos. No Dia do Município, 19 de Maio, há uma maratona desportiva pela manhã e a Gala de ginástica rítmica “Patinho Feio”.

O 19 de Maio é, aliás, o dia alto das comemorações. Depois da alvorada às 6 da manhã, segue-se a Sessão solene da Cerimónia Oficial de homenagem aos cidadãos da Praia. Às 17h30 são entregues as taças do município e às 20 horas brinda-se às festividades.

A última actividade das Festas do Município acontece a 25 de Maio com uma jornada dedicada a África. A exposição “Encontro com a comunidade solidária”, a ver na Sala do Município, alarga Praia a novos horizontes e vidas.

Catarina Abreu

Reggae, salsa e funaná no Festival da Gamboa



Kymani Marley um dos cabeças de cartaz do festival da Gamboa

São vários os ritmos que vão aquecer o Festival Internacional da Gamboa. Entre o reggae de Kymani Marley, cantor jamaicano filho do lendário Bob Marley, a salsa e o merengue dos dominicanos Afincao e o nacional funaná dos Ferro Gaita e de Zeca nha Reinalda, muitas vão ser as atracções musicais da 15ª edição do Gamboa 2007.

Sandra de Sá vinda do Brasil, Beto Dias e Xando Graciosa, da Holanda, Heavy H e Rola Samba, da Praia e Black Side, de São Vicente, são outros artistas que vão actuar entre os dias 18, 19 e 20 de Maio neste festival que é o mais concorrido de Cabo Verde. Pelo palco do Gamboa vão passar também nomes como Zé Rui e Tó Tavares, dos Estados Unidos, LA MC – Malcriado, Nichols, Janice, Márcia e Sakis (ainda por confirmar) de França. Gylito, que fechou a edição do ano passado, volta a marcar presença no festival deste ano.

Kymani Marley, um dos cabeças de cartaz, tem dois discos editados, um de 1997, “Like Father, like son” um tributo ao seu pai em que apresenta a sua própria versão de 11 temas de Bob Marley. Em 1999, lança o seu segundo álbum de originais – “The journey”. O cantor de reg-

gae é reconhecido também pelos duetos que fez com a DJ jamaicana LadyPatra, Shaggy, “Praz” Michel dos Fugees e Wycleef Jean, tendo alcançado o disco de ouro pelo single “Gotta be moving on up”. A sua canção “Dear Dad” atingiu o número um nas tabelas da Jamaica.

Da República Dominicana chegam os Afincao, com influência de ritmos afro-cubanos e porto-riquenhos são conhecidos por concertos bem animados pela salsa, merengue, cumbia e o rock-steady jamaicano.

Ao contrário do que aconteceu no ano passado, o Gamboa 2007 vai ter apenas um palco. Para Felisberto Vieira, “dois palcos iriam causar dispersão e só um palco central é mais eficaz”. O edil anunciou ainda que o homenageado do Gamboa 2007 é o músico e mestre Manel di Clarinete.

Felisberto Vieira, adiantou ainda que o Gamboa 2007 não vai ser organizado pela Protocolo, devido a divergências entre a produtora de eventos e a edilidade. António Oliveira, director do festival, e Manuel Varela Neves, vereador da cooperação e coordenador do evento, são os responsáveis pela edição deste ano.

CA

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E DILEMAS



ANTÓNIO D. MEDINA

A chegada do século XXI é assinalada com algumas características: o mundo globalizado e o nascimento de uma nova sociedade a que se convencionou chamar de sociedade do conhecimento. Esta situação traz inúmeras transformações em todos os sectores da vida humana. O progresso tecnológico é evidente, e a importância dada à informação é inegável. O progresso tecnológico actual, principalmente, como facilitador no processo de comunicação. Agora é possível processar, armazenar, recuperar e comunicar em qualquer formato, sem interferência de factores como a distância, o tempo ou volume.

Trata-se de uma revolução que incorpora novas capacidades à inteligência humana e muda o modo como trabalhamos e vivemos juntos.

O mundo globalizado da sociedade do conhecimento trouxe mudanças significativas ao mundo do trabalho. O conceito de emprego está sendo substituído pelo de trabalho. A actividade produtiva passa a depender de conhecimentos, e o trabalhador deverá ser um sujeito criativo, crítico e pensante, preparado para agir e se adaptar rapidamente às mudanças dessa nova sociedade. O diploma passa a não significar necessariamente uma garantia de emprego. A empregabilidade está relacionada com a qualificação profissional do indivíduo; as competências técnicas deverão estar associadas à capacidade de decisão, de adaptação a novas situações, de comunicação oral e escrita, de trabalho em equipa.

O profissional será valorizado na medida da sua habilidade para estabelecer relações e de assumir liderança. Drucker, no seu livro *sociedade pós-capitalista*, defende que “*os principais grupos sociais da sociedade do conhecimento serão os trabalhadores do conhecimento*”, pessoas capazes de local conhecimentos para incrementar a produtividade e gerar mudanças.

Na perspectiva do trabalho na sociedade do conhecimento, a criatividade e a disposição para a capacitação permanente serão requeridas e valorizadas. As tecnologias de informação e comunicação estão modificando as situações de trabalho, e as máquinas passaram a executar tarefas rotineiras em substituição dos seres

humanos. Neste ambiente de mudanças, a construção do conhecimento já não é mais um produto unilateral de seres humanos isolados, mas de uma vasta colaboração cognitiva distribuída, da qual participam aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais. Constatou-se, também, que esse é um processo sem possibilidade de reversão. O que fazer? Os seres humanos terão de alterar suas expectativas de emprego e modificar as suas relações com o trabalho.

Nesta conjuntura, em que a mudança tecnológica é regra, buscar condições para ancorar a preparação do profissional do futuro requer uma estratégia diferenciada.

Este profissional deverá interagir com máquinas sofisticadas e inteligentes, será um agente no processo de tomada de decisão. Além disso, o seu valor no mercado será estimado com base em seu dinamismo, em sua criatividade e em seu empreendedorismo. Todos esses factores evidenciam que só a educação será capaz de preparar as pessoas para enfrentar os desafios dessa nova sociedade.

Segundo De Masi, existem alguns valores emergentes, nesta nova sociedade, que merecem ser levados em consideração quando tratamos de formação e educação profissional. Um deles é a intelectualidade (valorização das actividades cerebrais em detrimento das actividades braçais); outro é a criatividade (tarefas repetitivas e chatas serão feitas pelas máquinas); outro é a estética (o que distingue hoje não é mais a técnica, mas sim a estética, o design). Para este autor, ainda, a subjectividade, a emotividade, a desestruturação e a descontinuidade também são valores importantes e, por isso, deverão, também, estar na mira dos processos educativos do futuro. Esta realidade parece apontar para uma educação básica e polivalente que valorize a cultura geral, a postura profissional, a ética e a responsabilidade social.

Na sociedade do conhecimento, os indivíduos são fundamentais. Drucker alerta que o conhecimento muda desta nova era não é impessoal como o dinheiro. O conhecimento não reside em um livro, em um banco de dados, em um programa de *software*: estes contêm informações. O conhecimento está sempre incorporado numa pessoa, é transportado por uma pessoa, é criado, ampliado ou aperfeiçoado por uma pessoa, é aplicado, ensinado e transmitido por uma pessoa e é usado, bem ou mal, por uma pessoa. Para ele, a sociedade do conhecimento coloca a pessoa no centro, e isso levanta desafios e questões a respeito de como preparar a pessoa para actuar neste novo contexto.

Com base nesta visão, a UNESCO, por meio da sua Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, estabelece os quatro pilares de um novo tipo de

educação com enfoque em aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Aprender a viver junto é considerado um dos pilares mais importantes do processo educativo desses novos tempos. Ressalta a interdependência do mundo moderno e a importância das relações. Tudo está interligado e tudo que acontece afectará a todos de uma forma ou de outra. O que o mundo precisa mais é de compreensão mútua, intercâmbios pacíficos e harmonia. Trata-se de aprender a viver conjuntamente, desenvolvendo o conhecimento dos outros, de sua história, de suas tradições e de sua espiritualidade. E, a partir disso, criar um espírito novo que, graças precisamente a essa percepção de nossas interdependências crescentes e a uma análise partilhada dos riscos e desafios do futuro, promova a realização de projectos comuns, ou melhor, uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos.

Aprender a conhecer é um pilar que tem como pano de fundo o prazer de compreender, de conhecer e de descobrir. Aprender para conhecer supõe aprender para aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento. Uma das tarefas mais importantes no processo educacional, hoje, é ensinar como chegar à informação. Parte da consciência de que é impossível estudar tudo, de que o conhecimento não cessa de progredir e se acumular. Então o mais importante é saber conhecer os meios para se chegar até ele.

Aprender a fazer significa que a educação não pode aceitar a imposição de opção entre a teoria e a técnica, o saber e o fazer. A educação para o novo século tem a obrigação de associar a técnica à aplicação de conhecimentos teóricos.

Aprender a ser é um pilar que foi preconizado pelo Relatório Edgard Faure, preparado para a UNESCO, na década de 70. O mundo actual exige de cada pessoa uma grande capacidade de autonomia e uma postura ética. Considera-se que os actos e as responsabilidades pessoais interferem no destino colectivo. Refere-se ao desenvolvimento dos talentos do ser humano: memória, raciocínio, imaginação, capacidades físicas, sentido estético, facilidade de comunicação com os outros, carisma natural etc. Confirma a necessidade de “*cada um se conhecer e se compreender melhor*”.

A educação no século XXI deverá ser uma educação ao longo da vida. Este conceito permite ordenar as diferentes sequências de aprendizagem (educação básica, secundária e superior), gerir as transições, diversificar os percursos, valorizando-os”. A educação deverá preocupar-se com a formação do cidadão, da pessoa em seu sentido amplo, e não somente com a formação profissional.

antoniodmedina50@yahoo.com

REGIONALIZAÇÃO EM COLÓQUIO

Carlos Veiga, Onésimo Silveira, Américo Silva, Vladimir Brito, entre tantos com posições distintas, souberam dignificar Cabo Verde.

Infelizmente, no tocante a esta matéria já tinha uma soma de razões para não confiar nos propósitos do Primeiro-Ministro.

Antes, um discurso pouco claro permitiu-lhe arrastar no tempo a questão, enquanto implementava medidas centralizadoras.

Municípios para Santiago à discrição, Estatuto Especial para a Praia, convivência (silêncio) para com programas televisivos como *"Finaçon na Combersu"* ou *"Top Criol"*, de cariz abertamente bairristas e sectários, são alguns exemplos.

Mais. Pela posse do último governo, quando por razões óbvias muitos já viam Onésimo Silveira como Ministro da Descentralização (se fosse o MPD com Agostinho Lopes a vencer as legislativas, os olhos virariam para Jorge Santos), surpreendeu-nos com Ramiro Azevedo.

Só muita perspicácia levaria o Primeiro-Ministro a criar um ministério para descentralizar, e nomear para a sua chefia um homem do centro. E foi no que deu. Um ministério para tapar o sol com a peneira e enganar os desprevenidos.

Não é novidade e é universal. As pessoas do centro, tendencialmente, não alinham com ideias de descentralização e regionalização. É claro que nem todos da Praia são contra a regionalização, mas a maioria-contra é da Praia.

E, se se pretende remover obstáculos à compreensão (*"real"* e não académica) do nosso caso, torna-se necessário, sem tabus nem preconceitos, mas também sem chantagens, reconhecer e tomar a consciência de que, embora universal a opção centralizadora por parte dos centros (capitais), em Cabo Verde ela assume particularidades talvez únicas, quiçá pelo modo também particular como a Nação se formou.

Porque ela (essa opção centralizadora) não é como tradicionalmente acontece, consequência duma estratégia política (condenável) para o desenvolvimento, ou de interesses meramente económicos e egoístas de determinados espaços e nem mesmo de conflitos étnicos.

Nela sobrepõem-se aspectos histórico-psicológicos fortemente ligados aos diferentes processos de povoamento das ilhas, às suas diferentes relações quotidianas de inter-influência estabelecidas com o poder e a sociedade coloniais e às suas diferentes relações com o mundo exterior ao Império, como as verdadeiras causas que marcaram e retratam forte-

mente e de forma diferenciada, a atitude e o posicionamento de Santiago e a atitude e o posicionamento das restantes ilhas, perante os conceitos *"Cabo Verde"* e *"cidadão cabo-verdiano"*.

Assumindo-se assim o esforço centralizador, mais como o elemento-chave dum processo de luta, muitas vezes inconsciente, impulsionado por um conjunto de *"medos"* (hoje fantasmas) gerados pela e ao longo da história colonial, e que nesta opção encontram o lenitivo mais eficaz para, psicologicamente, aliviar possíveis revoltas individuais internas, do que propriamente uma opção consciente de relacionamento.

A ideia com que se fica é que estaremos mais em presença dum somatório de manifestações de revoltas individuais, permanentemente procurando, exigindo e forçando cumplicidades, do que de um traçado (perfil) sócio-cultural definido.

Acredito portanto, e não se trata de insinuar uma proposta, mas, tão-só duma constatação analítica, que, caso a capital de Cabo Verde estivesse localizada numa outra ilha (Fogo, S. Nicolau ou outra qualquer), a situação vigente não aconteceria, pois ela é fruto de vivências que não marcam, pelo menos de modo tão indelével, as outras ilhas.

E aparece-nos agora com o colóquio. Rápido e despachado.

Em boa hora mas... aí tem coisa! Pensei.

E o que vi? Três dias de colóquio muito útil para uns. Mas também, três dias para de forma sub-reptícia, Cristina Fontes e Ramiro Azevedo aproveitarem para fazer campanha contra a regionalização política.

Campanha, não pelas suas intervenções no colóquio, que são legítimas. Campanha, pela forma como usaram a sua condição de porta-voz.

Através da Comunicação Social, Cristina Fontes e Ramiro Azevedo lançam cá para fora que *"há consenso e que a ideia de Região Política foi posta de lado"*. Em três dias. Isso é que é pressa. Pior ainda: falar em consenso onde se sabe haver posições a favor da Regionalização Política.

Ora, num colóquio em que a opinião dos especialistas internacionais é puramente académica (não conhecem, não vivem, nem sentem os nossos problemas *"comportamentais"*) e a maioria dos presentes iria ser da Praia, José Maria Neves, Cristina Fontes e Ramiro Azevedo já sabiam (todos sabíamos) que, no mesmo, a voz maioritária iria ser contra a Regionalização Política. E sabem também que *"opinião consensual"* é diferente de *"opinião maioritária"*.

Qual o porquê então da necessidade de falar em consenso onde não há e, conseqüentemente, enviar

uma mensagem falsa à sociedade, ainda mesmo antes do colóquio terminar? Propaganda?

A razão é que bem sabem que em questões de regionalização, ou há ou não há consensos. Sabem que a ideia de opinião maioritária não colhe neste tipo de debate (a não ser se for aceite), porque assenta numa atitude conflituosa e belicista.

Em 2000, José Maria Neves afirmou: *"Cabo Verde tem uma enorme dívida para com Santiago"*.

Logo pensei: este homem está a dizer-nos ao que veio.

Hoje confirma-se como o Primeiro-Ministro mais centralizador que Cabo Verde algum dia teve. Não é uma questão de leis ou de fundos de equilíbrio financeiro. É uma questão de atitude e propósitos. E não está a tomar a consciência de que com a sua forma de agir e até com alguns discursos insinuantes como o acima transcrito proferido em 2000 ou, na abordagem ao Carnaval da Praia prognosticando virmos a ter um Carnaval *"verdadeiramente Cabo-verdiano"*, paulatinamente está a criar rupturas sociais e comportamentais no país (nunca o bairrismo se manifestou tão aceso em Cabo Verde) que a longo prazo podem trazer consequências imprevisíveis.

Porquê tentar excluir tão precocemente do debate e de forma tão totalitária, a ideia e os defensores da Regionalização Política?

É evidente que todos concordam que a regionalização é um processo. Ninguém pretende a regionalização para amanhã, nem entendê-la como um fim em si, mas o Primeiro-Ministro, no seu cronograma, já nos propõe para pensarmos nisso daqui a 10, 20 anos.

E como nos garante ele, que esse período não é o que necessita para consolidar de forma irreversível as assimetrias no país?

E os ecos já voltam a se ouvirem.

Com base no colóquio, de *"três"* dias, L. Correia já escreve dando por conclusiva e generalizada a posição do país relativamente à Regionalização Política. *"Posto de lado"* que foi esse modelo de regionalização, é, portanto, providencialmente, o ponto de partida e a base em que assenta o resto de todo o seu raciocínio.

Fácil assim pois, difícil é encontrar espaços de manobra para produzir argumentos sérios e válidos, fora destes *"déjà vu"*.

E no *"Fala Nação"*, cuida de nos lembrar com uma certa naturalidade, que as capitais de muitos países têm Estatuto Especial.

Esquecendo-se de lembrar que as capitais de muitos países *"não"* têm Estatuto Especial.

Paulo Nascimento

asemana Sexta-feira, 4 de Maio de 2007

Ponto de Vista

PALMAS PARA OS CORRESPONDENTES DA RCV NAS ILHAS

O Homem, ser inteligente e gregário, desde sempre revelou uma capacidade inata de socialização, enformando as comunidades que ia construindo em aldeias, cidades, ilhas, (caso de Cabo Verde), continentes, etc., à medida que via continuamente a sua população aumentando. Na azáfama incessante de sociabilizar tudo quanto envolvia, como é óbvio, acabava sempre por criar relações de dependência entre uns e outros, às vezes até de subservidência, aliás como ainda hoje se verifica um pouco por todo o lado e da forma mais absurda, humanamente concebível.

Ora bem, como se pode depreender das circunstâncias descritas, tornava-se óbvio que à volta desse ser se criassem factos; umas vezes, estes surgiam de forma voluntária, outras vezes propositadamente forjadas, consoante os casos e interesses; duma forma ou doutra, importava sobretudo que fossem conhecidos de todos. Para tal, era necessário que houvesse

pessoas indicadas para o efeito e fossem capazes de exercer esse papel junto dos demais elementos das comunidades, quer a nível restrito quer ao nível alargado.

Seguramente teria sido dessa forma que desde os primórdios da humanidade teriam surgido e evoluído as diversas formas de comunicação (fumo, estafeta, telefone, TSF e outros meios ultra-modernos das chamadas NTCI - Novas tecnologias de Comunicação e Informação), certamente asseguradas por indivíduos que hoje, com a evolução dos tempos e das coisas, enformam as Agências da Comunicação Social. Nesse ponto convém salientar que na vida, uns estudam mais e formam-se nos bancos das Universidades Académicas e outros, por razões de índole diversa, aprendem nos bancos da Universidade da Vida, quotidianamente, o que nem por isso lhes tira mérito.

Em Cabo Verde, para além de jornalistas profissionais há ainda os Correspondentes,

indivíduos contratados, para nos Concelhos e Ilhas de residência, simultaneamente com a actividade profissional, recolherem, tratam e passam informações complementares importantes daí provenientes e que doutra maneira não seria possível aos Cabo-verdianos, dentro e/ou fora do seu torrão, conhecer, acompanhar e até partilhar. Diga-se em abono da verdade que esses homens e mulheres, todos os dias, mormente no período que vai das 06 às 09 horas da manhã, prestam um serviço inestimável e de capital importância. Por tudo isso e muito mais, merecem o nosso respeito e devem ser publicamente apoiados e aplaudidos.

É evidente que quando um Correspondente pretenda fazer uma informação séria, isenta e que sirva os interesses superiores do povo, não pode, de forma alguma, cair na tentação de querer agradar, ao mesmo tempo, a Gregos e a Troianos. Mesmo que se arrisque a não cair no goto dalguns que, desventurada e teimosamente, ainda

insistem em que sejam considerados e tratados como seres superiores, por conseguinte intocáveis.

Seria bom que cada um de nós, mormente aquele que vive fora do seu *"pedaço"*, incentivasse e aplaudisse o Correspondente da sua área, de Santo Antão a Brava, que de 2ª a 6ª feira o põe ao facto do que se passa na sua zona de eleição, para gáudio de todos. À laia de pontapé-de-saída, deixo registado o meu incondicional apoio e total encorajamento ao Fernando Santos (MANANHE), na Vila da Ribeira Brava, São Nicolau, estimulando-o a continuar na mesma senda, fazendo e passando nas antenas da RCV (principalmente na feliz rubrica PULSAR INFORMATIVO) as notícias desta Ilha com a mesma garra, determinação, seriedade e pertinência, dando voz e vez a quem dela precisar e sem olhar a quem, mas de forma responsável. É assim a democracia. Força.

Espargos, 17/04/07
Vinícula dos Santos

LAJINHA versus ELECTRA

(Carta aberta ao "Conselho Económico Especializado de Ministros" a ser realizado no Mindelo. Mas também à Sra. Presidente da C.M.S.V., aos donos e ao PCA da Electra e à população de S.Vicente)

"Monstro na Marginal" é o título dum artigo que há um tempo atrás despertou a minha atenção. Ao analisar as qualidades e potencialidades que a praia da Lajinha e a sua envolvente podem atingir, a autora conclui que a Electra, melhor dizendo, a localização dessa empresa, constitui "um enorme entrave ao desenvolvimento de S.Vicente". E sugere que se envide esforços no sentido da sua deslocalização caminhar por vias mais expeditas e objectivas.

Em muitos períodos do ano, Lajinha mostra-se insuficiente para responder à demanda. O que resulta em falta de comodidade e insegurança. Numa palavra, de "qualidade".

Mas Lajinha, para além das areias brancas, águas seguras e ondas tranquilas, possui uma particularidade que constitui uma "vantagem comparativa". Não é uma "praia na orla da cidade", como habitualmente acontece. É uma "praia dentro da cidade". São duas concepções distintas. Originam dois produtos turísticos diferentes.

Ambas estão na cidade mas a diferença está no enquadramento físico, social e psicológico que criam no seu espaço.

No primeiro caso temos a cidade, com a "praia ao lado dela". Na sua fronteira.

No segundo (o da Lajinha) temos a cidade, com a "praia nela". No seu seio. O convívio da cidade com o mar dá-se, não como elemento próximo, vizinho e complementar, mas, como elemento parte da estrutura.

Entra-se e sai-se do mar, praticamente com a mesma disponibilidade e o mesmo espírito com que se entra ou se sai numa outra rua qualquer da cidade.

Conclusão, a presença da Electra nesse local constitui um efectivo obstáculo à transformação dessa vantagem comparativa em "vantagem competitiva".

Compreende-se pois, porque até hoje carregamos o peso dessa enorme frustração e desmobilização moral, provocadas por aqueles que por altura da construção da Electra do Lazareto, tiveram a ideia de nos deixar em S.Vicente, com a herança de duas meias centrais.

Numa óptica empresarial, os custos de investimento decorrentes dessa deslocalização seriam avultados e, talvez, impeditivos para a empresa.

Mas ao Governo compete considerar a óptica do desenvolvimento.

E a Electra, embora ofereça um importante serviço à comunidade e gere rendimentos para a empresa e seus trabalhadores, fixada na Lajinha, é inegavelmente, um entrave ao desenvolvimento de S.Vicente.

Impede a geração de rendimentos bem maiores para a ilha, através do turismo. Rendimentos ao nível daqueles que sem a sua presença nesse local, se poderia conseguir.

É que essa deslocalização, por um lado proporcionaria à praia da Lajinha espaço suficiente para duplicar (afirmei... duplicar) a sua área de praia, podendo assim satisfazer "com qualidade" ao au-

mento da demanda turística e ao aumento da população, que já batem à porta. Por outro lado e tratando-se numa zona residencial, resultaria em importantes ganhos a nível da qualidade ambiental (ausência de fumos, ruídos e resíduos), assim como, numa significativa melhoria física (requalificação) do espaço envolvente, enquanto factor de embelezamento da cidade.

Da conjugação destas três importantes situações novas, resulta inevitavelmente o surgimento da praia da Lajinha, ou, da zona da Lajinha onde a praia será sempre o elemento principal, definitivamente como um importante pólo de atracção turística no país e consequentemente de geração de receitas.

O dilema é: manter tudo como está por se considerar essa a melhor solução para não se incorrer nos custos decorrentes dum traslado, e com este acto estrangular de modo significativo, senão mesmo irreparável, passos gigantes rumo ao desenvolvimento de S.Vicente e consequentemente de Cabo Verde, ou, deslocar a Electra com todos os custos que acarreta e aproveitar os incomparáveis ganhos de oportunidade que daí resultam, tanto a nível urbanístico, social, ambiental, mas também económico, a curto, médio e longo prazos?

Se, apesar de se tratar dum investimento numa empresa privada, ele não se enquadra no objectivo lucro imediato para a mesma, então, tal medida deve ser

entendida como um investimento público e enquanto tal, de responsabilidade essencialmente política.

Logo, sem prejuízo das necessárias e inevitáveis fortes parcerias (mesmo financeiras), tanto com a Câmara Municipal de S.Vicente, como com a própria empresa, o verdadeiro protagonista dessa importante acção deve ser portanto, o Governo de Cabo-verde.

E nesse quadro, foi com preocupação e estranheza que vi há dias noticiar-se a inauguração, por esse mesmo Governo, dum novo dessalinizador, ironicamente, nesse mesmo local. Um acto preocupante quando contrariamente, todos vivem diariamente na expectativa de presenciar o dia da retirada dos equipamentos que lá se encontram há mais tempo.

A situação exige uma séria reflexão envolvendo as três partes e com a mão na consciência, uma tomada de decisão no sentido de arrepiar caminho e com urgência (sem precipitação), retirar a Electra dessa zona.

Nem a justificação de não haver boa captação de água no Lazareto, vale.

Que se encontre um local alternativo é a solução.

Porque certo, certo é que, continuando a pensar e a sonhar as coisas de forma tão limitada, tão resignada e com tão pouca ambição, não mais chegaremos a lado nenhum. Pelo menos que nos dê algum motivo de orgulho.

Lino Fortes

Sexta-feira, 4 de Maio de 2007

asemana

SÃO NICOLAU: UM BANHO DE CULTURA

Em São Nicolau aconteceu uma inundação, mas não foi de cheias, que sempre pairam nas hostes dos camponeses quando se aproxima a estação das chuvas. Nas ilhas agrícolas o período pluvial renova a esperança de um bom "Azáguas". A ilha mergulhou-se sim num "Banho de Cultura" ao comemorar o Centenário do Nascimento do Dr. Baltazar Lopes da Silva. A Câmara Municipal da Ribeira Brava organizou as festividades e para o efeito elaborou um vasto programa que decorreu entre os dias 18 e 23 de Abril, dia que coincide com o nascimento do arquitecto da **Claridade**. Houve actividades culturais, desportivas, políticas e recreativas, também foram realizadas várias conferências sobre a vida e obra daquele que foi um dos melhores filhos desta Ilha e Nação, pelos Doutores António ST'Aubyn, Leão Lopes, Alberto Carvalho e por Estela Ribeiro Lamas, versando respectivamente os temas "O Professor Hoje"; "Tese de Doutoramento, sobre B.L."; "B.L., um Escritor de Palavra" e a "Poética de B.L. - O Cântico de Manhã Futura".

Pela apresentação dos trabalhos, pelo "currículum" dos apresentadores, pelos debates e participação da massa crítica presente, poder-se-á considerar sem dúvidas que estávamos perante um grande "Fórum" sobre o Homem Cabo-verdiano e a **Geração Claridade**. Como dizia o outro, que grande capacidade de mobilização e organização em pouco espaço de

tempo ter gente de todas as capacidades e sensibilidades Nacionais, desde Políticos, Artistas, Músicos; Desportistas, forças vivas da ilha e do País e a Sociedade Civil no geral.

Das figuras presentes saltaram à vista o Dr. Carlos Veiga, Dr. Manuel Veiga - Ministro da Cultura, Jorge Figueiredo - P. C. do Sal, Dr. Corsino Fortes, Dr.ª Ondina Ferreira, Bana, Paulino Vieira, Baú, além de outros tantos que, por serem tantos não podemos enumerar nesta lista, pelo que pedimos a sua compreensão. Para além das conferências sob o patrono da literatura caboverdiana, foram realizadas visitas a localidades e monumentos de interesse da ilha, feira do livro, lançamento de livros, exposição de pintura com participação de vários artistas plásticos, teatro com a peça A Caderneta do grupo do Centro Cultural Port. do Mindelo e noite de gala musical. A Artilharia fez-se apresentar com o nº 82 da revista e a presença cativante da Dr.ª Larissa. Tudo isso fez São Nicolau inundar-se de cultura, que poderá servir de um novo indutor aos jovens que querem seguir o exemplo dos seus antepassados nas lides do saber, homens da ilha que muito deram à cultura literária a este país insular. Para além de uma ou outra opinião pessoal no contraditório, como é natural em actividades do tipo, o certo é que tudo decorreu na maior tranquilidade possível.

Segundo o membro do Governo presente, as activi-

dades se iniciaram na ilha de S. Nicolau e decorrerão todo o ano em quase todas as ilhas do país com maior envolvimento na Praia e Mindelo. Mas o ponto alto foi, sem dúvida, o memorável dia 23 de Abril em que foi feita uma sessão oficial no Salão Nobre dos Paços do Concelho, recentemente remodelado, com locução dos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, para de seguida se inaugurar o memorial da Estátua do Dr. Baltazar Lopes da Silva, que irá ficar para sempre na memória colectiva do povo Saniclauiense. No acto a viúva do homenageado, Dona **Teresa Lopes da Silva**, sempre presente em todas as actividades realizadas não pôde conter as suas lágrimas "dizendo" obrigado a todos, em particular à Câmara Municipal e ao Povo maravilhoso desta pacata e tranquila ilha de **Chiquinho**. Apontando para a estátua, Teresa Lopes da Silva disse "essa figura é vossa, cuidem dela para sempre".

Essa semana de **banho de cultura** no torrão natal de "Nho Baltas" não só é um acto de justiça ao Homem mas também ao Seminário-Liceu e à igreja Católica, São Nicolau berço e viveiro da intelectualidade caboverdiana e estrutura pioneira na formação da identidade do povo das ilhas merece por legitimidade nesse mundo globalizado e de tecnologia avançada, UM PÓLO UNIVERSITÁRIO.

DELGADO & FORTES

Carta de Leitor